



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 658 - DE 20 DE FEVEREIRO A 6 DE MARÇO DE 2022 - R\$ 4,00

Viva o XVI Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR)!

**É preciso que a vanguarda com consciência
de classe vincule-se profundamente ao
proletariado, para superar a crise de direção**

**Todo empenho na tarefa de erguer no Brasil
o partido marxista-leninista-trotskyista,
como parte da reconstrução do Partido
Mundial da Revolução Socialista**



Impasse no choque entre Estados Unidos e Rússia em torno à Ucrânia

**Somente a classe operária organizada e de posse do programa
internacionalista pode derrotar a ofensiva do imperialismo contra
a Rússia, e livrar a Rússia da oligarquia restauracionista**

Por uma Ucrânia independente e soviética!

Viva o XVI Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR)!

Cada Congresso tem uma enorme importância para as formulações programáticas, políticas e organizativas. É o momento em que se verificam o funcionamento centralista-democrático, a elaboração coletiva, o estágio de compreensão da militância, os níveis de domínio do marxismo, as carências no conhecimento da realidade nacional e internacional, a firmeza e progresso organizativo, e o quanto atrasada ou avançada se encontra a formação da vanguarda proveniente do proletariado. É também o momento em que se verifica a existência e a consistência do método marxista-leninista de construção do partido. O Congresso reflete o peso da composição social das fileiras do partido no conteúdo, forma e decisão sobre divergências de fundo programático, bem como em que etapa da construção partidária se encontra a formação de quadros de revolucionários profissionais, no sentido leninista da concepção do partido revolucionário.

É nas condições mais difíceis da luta de classes e das pressões das camadas não proletárias sobre o partido, que se verifica a firmeza e a coesão da direção eleita no Congresso anterior e responsável pela sua continuidade, embora parte de seus membros possa ser modificada. A direção é avaliada no Congresso pela justeza da linha desenvolvida no período anterior, pelo trabalho organizativo, pela firme disciplina, pela vigilância ao funcionamento centralista-democrático, pelo desenvolvimento programático, pelo rigor com que aplica os conceitos do socialismo científico, pela vigilância a desvios ideológicos, e pelo domínio do método materialista-dialético. Eis por que a eleição de uma nova direção implica uma cuidadosa avaliação dos delegados sobre o trabalho concreto desenvolvido por aqueles que foram indicados a compor a nova direção. O Comitê Central resulta de uma seleção, baseada no domínio programático, no trabalho organizativo e na aplicação do marxismo, no dia-a-dia da formulação da linha política, da agitação e propaganda, da tática e estratégia. Um Congresso, quanto mais realizar uma seleção baseada na experiência da militância, melhor cumpre sua função de constituir uma direção à altura de levar adiante a tarefa de avançar na construção do partido leninista no seio do proletariado e das massas exploradas.

De Congresso em Congresso do POR – o primeiro se realizou em 1989–, essa concepção vem sendo desenvolvida, e observada a fortaleza e a fraqueza de seus quadros. Da mesma forma que a direção resulta de uma seleção política, os delegados responsáveis por aprovar os documentos congressuais passam por uma seleção nas respectivas células. Quanto mais rigorosa for a seleção, mais elevado será o Congresso, e mais seguras serão suas decisões. É imperativo, portanto, que todos os documentos – como as Resoluções Nacional e Internacional, Resoluções específicas, Balanços de Atividade, etc. – sejam

discutidos, e, assim, amadurecida a compreensão. Essa é uma condição imprescindível para se alcançar uma elevada clareza coletiva e individual sobre o conteúdo dos documentos e da natureza das decisões a serem tomadas. Se não se prepararem bem os documentos e posições, na fase pré-congressual, prevalecerá a improvisação, que poderá resultar em baixa assimilação das formulações, e em graves incompreensões. A direção é responsável por garantir as discussões nas células e, assim, o processo de seleção dos delegados. A heterogeneidade e os desníveis, que se manifestam no estágio em que se encontra o desenvolvimento do partido, serão considerados e tratados por meio da rigorosa preparação. No caso de se constituírem divergências a partir do CC, o rigor de preparação deve ser ainda maior. Esses são os fundamentos programáticos, políticos e organizativos do partido leninista, e que o POR vem procurando consolidar e aperfeiçoar.

O XVI Congresso aprovou o Informe de Atividade do CC e das Regionais, as Resoluções Internacional e Nacional, bem como Resoluções específicas. São documentos que orientarão o POR no período de dois anos, que será de avanço da crise do capitalismo mundial, cujos reflexos na América Latina e no Brasil se converterão em maior desintegração econômica e social, e em maior polarização entre a burguesia e o proletariado, entre a nação oprimida e o imperialismo.

No momento em que o POR realizava o Congresso, os Estados Unidos e Rússia reforçavam seus aparatos militares, em torno à Ucrânia. Os delegados discutiram o significado histórico da destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em busca das raízes do presente confronto, que, depois do fim da “Guerra Fria”, coloca a possibilidade de um confronto militar dos Estados Unidos e Rússia. A linha internacional adotada seguiu a orientação das Declarações do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

A crise mundial de direção, provocada pela degeneração burocrática do Partido Comunista Russo e da URSS, pelo processo de restauração capitalista e pela liquidação da III Internacional, impossibilita uma resposta imediata proletária, internacionalista, ao confronto militar na Ucrânia e ao cerco que os Estados Unidos preparam contra a China. A luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional é de vida ou morte, de preservação da humanidade ou regressão à barbárie.

O POR, em seu XVI Congresso, convoca o proletariado, os demais trabalhadores e a vanguarda revolucionária a se levantarem contra a guerra entre Estados Unidos e Rússia, sob o programa e as bandeiras da revolução e do internacionalismo proletário.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

XVI Congresso do POR

Nos dias 12 e 13 de fevereiro, realizou-se o XVI Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR). Passaram-se 32 anos de seu Congresso de fundação, realizado em 1 e 2 de julho de 1989. A cada dois anos, realizamos regularmente o Congresso. Esses anos dedicados à luta por superar a crise de direção mundial do proletariado, que implica constituir os partidos marxista-leninista-trotskistas, exigiu perseverança e dedicação em elaborar o programa da revolução proletária no Brasil. Somente no IV Congresso, ocorrido em 9 e 10 de julho de 1994, se aprovou o Programa. Deu-se um passo obrigatório para se configurar o partido revolucionário, segundo a concepção leninista.

Desde a sua fundação, o POR, que se chamava Tendência pela Construção do Partido Operário Revolucionário (TPOR), se guiou por dois fundamentos, o da estratégia da ditadura do proletariado e do internacionalismo marxista. Em torno à estratégia, determinada pelo caráter social da revolução, se passou a determinar as particularidades nacionais das transformações democráticas e socialistas do país. Em torno ao internacionalismo, se pôs a assimilar as experiências da construção da I, II e III Internacionais. Tendo por base as formulações marxistas da I e III Internacionais, o POR surgiu vinculado à luta pela reconstrução da IV Internacional, tarefa que se mantém vigente e decisiva para resolver a crise mundial de direção, retomando o fio de continuidade da III Internacional, quando, sob a direção de Lênin e Trotsky, ou seja, sob os fundamentos programáticos constitutivos, aprovados nos Primeiros Quatro Congressos, de 1919 a 1922.

O POR, depois de ter passado por inúmeras provas da luta de classes, chegou ao seu XVI Congresso mais amadurecido e temperado. Continua em seu estágio de desenvolvimento organizativo embrionário, dependendo da penetração no seio do proletariado e do avanço na construção nacional, mas já superou a fase de elaboração dos fundamentos programáticos, e progrediu sensivelmente na assimilação do marxismo-leninismo-trotskismo. Essa defasagem tende a diminuir paulatinamente, com a orientação estratégica de voltar o máximo de suas forças para dar expressão política e organizativa às tendências instintivas de revolta do proletariado, de maneira a forjar a vanguarda proletária consciente.

Sem dúvida, a distância entre as avançadas conquistas programáticas e o atraso de nossa construção, tendo por alicerce a vanguarda proletária com consciência de classe, se expressou no Congresso, como um problema a ser resolvido. Essa é a conclusão mais importante que extraímos do XVI Congresso.

Pela primeira vez, os seus trabalhos iniciaram-se pelo informe de atividades do Comitê Central e das Regionais. E, no centro de todos os informes, esteve a demonstração concreta dos progressos observados na ação partidária de conjunto, voltada a responder aos problemas da classe operária fabril, por meio do Boletim Nossa Classe. Também se expôs a ampla e disciplinada intervenção de todas as Regionais nas inúmeras manifestações, que expressam a luta de classes. Em particular, a justeza da linha política, desenvolvida passo a passo, de acordo com a crise sanitária e econômica, garantiu a participação

ativa dos poristas no movimento pequeno-burguês, dirigido pelos reformistas e guiado pela estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, com o programa de reivindicações próprio dos explorados, e com a propaganda e a tática revolucionárias.

A discussão, na manhã de sábado, sobre o desenvolvimento do POR, foi o ponto alto do Congresso. Publicamos aqui as principais partes. A Resolução Nacional teve a especificidade de combinar uma espécie de exposição da linha político-organizativa durante a Pandemia com a demonstração das tendências de agravamento da crise econômica e social no próximo período, e a tarefa de ajustar o programa de reivindicações de acordo às necessidades das massas e da luta de classes. A propaganda e a agitação, durante o período eleitoral, se dirigirão aos explorados, alertando que se trata de uma disputa interburguesa pela presidência da República, em busca de trocar um governo burguês por outro. Da luta pela independência dos explorados, sob a política burguesa do isolamento social, passamos à luta contra a farsa e mentiras de que, por meio de eleições, será possível atender às necessidades mais elementares da população oprimida, como emprego, salário, direitos trabalhistas, Saúde, Educação e moradia aos explorados. A Resolução Nacional é um guia seguro para orientar o POR nas condições de agravamento da crise do capitalismo que se decompõe.

A propaganda e a agitação, durante o período eleitoral, se dirigirão aos explorados, alertando que se trata de uma disputa interburguesa pela presidência da República, em busca de trocar um governo burguês por outro. Da luta pela independência dos explorados, sob a política burguesa do isolamento social, passamos à luta contra a farsa e mentiras de que, por meio de eleições, será possível atender às necessidades mais elementares da população oprimida (...)

No domingo, pela manhã e tarde, foi apresentada e discutida a Resolução Internacional. Os pontos fundamentais podem ser sintetizados: 1) A impossibilidade e o fracasso da burguesia mundial em proteger os explorados e os países mais pobres diante da pandemia; 2) A guerra comercial se agravou com a disputa dos monopólios farmacêuticos pelo mercado da vacina; 3) A diretriz geral da política burguesa do isolamento social fracassou em proteger as massas, e serviu de cobertura aos ataques aos explorados, e de meio para os reformistas e burocracia sindical darem nova forma à colaboração de classes; 4) A Pandemia impulsionou a crise econômica, cujas consequências recaíram sobre a maioria oprimida; 5) Em plena pandemia e queda econômica, os poderosos grupos capitalistas concentraram mais seus capitais, agigantando o parasitismo financeiro; 6) O agravamento da guerra comercial veio acompanhado da potenciação das tendências bélicas, encarnadas pelo imperialismo; 7) O estreitamento do processo de restau-

ração capitalista levou e leva ao recrudescimento da guerra comercial dos Estados Unidos, voltada principalmente para a China; 8) O desmoronamento da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), em 1991, representou a vitória final do imperialismo sobre as mais avançadas conquistas históricas do proletariado russo e mundial; 9) As mudanças tecnológicas e as fontes de matérias-primas reforçam a guerra comercial; 10) Biden não tem como voltar ao multilateralismo, e empurra os Estados Unidos a uma feroz guerra comercial contra a China; 11) A América Latina é arrastada à guerra comercial nas condições de descenso econômico; 12) A recuperação de terreno por governos nacional-reformistas na América Latina é circunstancial, deve-se esperar o fracasso de suas políticas de desenvolvimento econômico e de amenização da miséria e fome; 13) A tendência é da classe operária e dos demais explorados se chocarem, tanto com os governos de direita ultraliberais, quanto com os de centro-esquerda reformistas; 14) A luta de classes mundial tende a se agudizar crescentemente, ainda que não em linha reta; 15) O problema fundamental se concentra na crise de direção do proletariado; 16) Trata-se de aplicar o Programa de Transição, segundo as particularidades de cada país; 17) As reivindicações vitais das massas são o ponto de partida para organizar a luta em torno à estratégia da revolução e ditadura do proletariado; 19) É imperativo organizar a vanguarda proletária voltada à construção do partido marxista-leninista-trotskyista, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional; 20) A potenciação do Comitê de Enlace é o caminho pelo qual se pode avançar na luta pela superação da crise de direção.

Na base dessas teses, se encontra o processo de decomposição mundial do capitalismo. O Congresso, no entanto, falhou em discutir em profundidade os fatores, as tendências e as tarefas que emergem da crise mundial. Isso porque se prendeu

à divergência levantada por dois camaradas da direção de que a tese do ponto 13, que se refere à destruição da URSS, poderia levar à conclusão de que estaria encerrada a restauração capitalista na Rússia, o que consistiria em uma revisão programática. O Congresso, por maioria, considerou essa dedução arbitrária, votando pela manutenção da tese 13, que, na síntese acima, corresponde ao ponto 8. Essa discussão não impediu que o Congresso compreendesse o acerto das respostas proletárias à ameaça de guerra entre os Estados Unidos e Rússia em território ucraniano. O que reforçou a necessidade de se realizar um bom trabalho de propaganda com as duas declarações do Comitê de Enlace, divulgadas nos dois números anteriores do jornal Massas. Foi importante a presença da direção do Comitê de Enlace, que contribuiu para elevar as discussões e que se colocou pela defesa das formulações integrais da Resolução Internacional.

Terminadas as votações da Resolução Internacional, foi realizada uma homenagem à camarada Sandra Maria Silva, falecida em 6 de julho de 2021. Sandra militou por muito tempo no POR, sob o pseudônimo de Nádia. Abaixo, publicamos a homenagem, aprovada por forte aclamação.

Passou-se à leitura do Manifesto de encerramento do XVI Congresso, aprovado por calorosa aclamação. As últimas palavras do encerramento foram pronunciadas por Ramon Basko, membro da direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Ramon concluiu com um VIVA ao XVI Congresso do POR. Os delegados, em pé e de punhos esquelados no alto, deram um VIVA à luta pela construção do Partido Operário Revolucionário.

Publicamos, neste número do jornal Massas, o Manifesto do XVI Congresso, partes do balanço de atividades e duas resoluções específicas, uma sobre a opressão racial e outra sobre os conflitos no Amazonas e a homenagem à camarada Sandra.

Manifesto POR

Manifesto do XVI Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR)

O Partido Operário Revolucionário realizou o seu XVI Congresso em meio a um salto na crise mundial. A possibilidade de uma guerra entre Estados Unidos e a Rússia expressa um confronto militar, que se compara apenas com a crise dos mísseis em 1962, na qual o pequeno e pobre país caribenho se transformou no epicentro da “Guerra Fria”. Em fins dos anos de 1950, triunfou a revolução anti-imperialista e socialista na Ilha, localizada geograficamente nas proximidades dos Estados Unidos. A fracassada tentativa de invasão de Cuba pelas forças contrarrevolucionárias, adestradas e orientadas pelo governo norte-americano, acabou por intensificar a campanha da “Guerra Fria”, voltada estrategicamente contra a União Soviética. A decisão de Moscou, de instalar mísseis em Cuba, teve como resposta de Washington a ameaça de uma guerra nuclear, em nome de sua segurança e do enfrentamento ao comunismo. O confronto se desfez com o recuo de Moscou.

Passaram-se sessenta anos, e renasce o perigo de uma conflagração, agora na Europa, entre Estados Unidos e Rússia. A Ucrânia, no momento, ocupa o lugar de epicentro da escalada bélica. À diferença de 1962, o imperialismo norte-americano e

seus aliados europeus não têm como recorrer à justificativa de proteção à sua segurança e ao espantinho do comunismo. A União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), edificada sobre os alicerces da revolução proletária de Outubro de 1917, já não existe – foi dissolvida em 1991 – e Cuba, passo a passo, avança no sentido da restauração capitalista. Em geral, prevalece o curso da restauração contrarrevolucionária, que corresponde às necessidades e aos interesses do imperialismo, e, em particular, aos da potência hegemônica, os Estados Unidos.

O governo de Putin decidiu deslocar tropas e equipamentos de guerra, como tentativa de conter o cerco militar à Rússia, promovido pelos Estados Unidos, por meio da OTAN. Cerco esse que se iniciou com a quebra de ex-repúblicas populares do Leste Europeu, e com o desmoronamento da URSS. A derrubada do governo pró-Moscou, na Ucrânia, em 2014, e a constituição de um governo pró-União Europeia (UE) puseram à luz do dia a ofensiva dos EUA, em direção a um cerco econômico e militar mais concatenado e cerrado. A anexação da Criméia pela Rússia e a sua intervenção na guerra civil separatista em Donbass foram medidas de contenção do avanço das forças

pró-UE, que se expressam militarmente por meio da OTAN. Em particular, a necessidade imperiosa da Rússia, de manter o domínio da Criméia, respondeu aos cálculos de que a crise política e militar estava apenas começando.

A instituição de um governo fantoche pró-UE na Ucrânia somente foi possível, devido ao cerco montado desde a Polônia, e ao apoio do imperialismo, de toda natureza, ao movimento pela derrubada do governo fantoche pró-Rússia. A Ucrânia se tornou um peão no choque entre as potências mundiais e a potência regional. O que está em jogo não é nenhuma das conquistas históricas da Revolução Russa, que possibilitaram a autodeterminação da Ucrânia e a sua livre integração na constituição da URSS. O que está em jogo é o império da necessidade dos EUA e aliados de expandirem livremente os seus negócios e capitais.

A crise de superprodução e o gigantesco acúmulo de capital financeiro vêm solapando a economia interna dos EUA, da Europa e do Japão. A projeção mundial da China, e o controle regional de parte da Europa e da Ásia pela Rússia, passaram a ser um poderoso obstáculo ao capital financeiro e aos monopólios. Suas economias devem se sujeitar às diretrizes do imperialismo, diante da crise econômico-financeira, que vem se potenciando, desde a debacle mundial em 2008-2009.

A restauração capitalista na China e Rússia, impulsionada desde as décadas de 1970 e 1980, e acelerada com a derrocada da URSS, deve dar lugar à quebra da independência nacional de ambos os países, conquistada pelas revoluções proletárias. Eis por que a guerra comercial vem acompanhada da escalada bélica e do intervencionismo militarista. Os interesses da indústria bélica são uma potente força econômica parasitária, voltada à escalada militar, ao recrudescimento do intervencionismo e às guerras.

Toda a campanha ideológica do imperialismo de que, após o fim da URSS, se estabeleceria a paz mundial e se superaria a “Guerra Fria”, nunca teve base real. O avanço do processo de restauração capitalista não resultou em nenhum tipo de solução para as contradições entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção, bem como entre elas e as fronteiras nacionais, edificadas pela nova partilha do mundo, resultante da Segunda Guerra Mundial. É bom lembrar a guerra nos Balcãs, que desintegrou a República Popular da Iugoslávia, sob bombardeios da OTAN. A cada conquista do imperialismo, varrendo as repúblicas populares, nascidas no ventre da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e aliados reorganizavam as Forças Armadas à sua imagem e semelhança, e instalavam suas bases militares. Foram reinstalando-se governos burgueses serviçais, aumentando a ofensiva contra as conquistas do proletariado, e pressionando o processo de restauração na Rússia e China.

Está claro que o imperialismo recuperou, em grande parte, o terreno perdido, combinando os meios econômicos com os militares. Não tinha como erradicar abruptamente os feitos das revoluções. O que exigiria uma guerra devastadora contra

a Rússia e a China. Conquistaram-se as ex-repúblicas populares do Leste Europeu e parte das ex-repúblicas soviéticas. Penetrou fundo na China, com seus capitais. E reintegrou a Rússia na ordem mundial capitalista, reduzindo seus poderes regionais. Com a destruição da URSS, o imperialismo pôde avançar em seu objetivo de reorganizar as relações mundiais do pós-guerra. Esse processo contraditório e conflituoso esbarrou na emersão da crise global, iniciada em 2007-2008, tendo como epicentro os Estados Unidos. A manifestação da potente crise econômica nas entranhas do carro chefe da economia mundial e o esgotamento das relações no seio da UE expuseram a nova etapa da desintegração do capitalismo e da expansão da barbárie social.

Assistimos – em plena pandemia, que matou mais de seis milhões de pessoas – o recrudescimento da guerra comercial, e a escalada militar do imperialismo, voltadas, estrategicamente,

contra a Rússia e a China. O episódio do acordo militar dos Estados Unidos com a Austrália, de venda e compra de submarinos nucleares, passando por cima da França, e visando à China, ocorreu concomitantemente com o deslocamento de tropas russas para a fronteira da Ucrânia. O clima beligerante, que tem envolvido a guerra comercial, indica que o mundo está diante dos perigos de uma grande conflagração mundial. Mesmo que os Estados Unidos e Rússia, mediados pelas potências europeias, cheguem a um acordo de arrefecimento, os fatores objetivos da crise militar permanecerão.

O imperialismo necessita que a Rússia e a China se curvem, rompendo os diques que ainda seguram as bases da economia estatizada – que teve origem na expropriação da burguesia e dos latifundiários – e rompendo a centralização estatal do funcionamento econômico do país. É incompatível com a hegemonia norte-americana, que a Rússia intervenha militarmente em outros países, como fez na Síria. E que a China continue a expandir seus negócios, concorrendo com o capital multinacional, e procurando manter sua ascendência sobre Taiwan e Hong Kong. Já não é possível aos Estados Unidos conviverem com a política e diretrizes econômicas de capitalismo de Estado. Essa independência, que não é admitida a nenhum dos países semicoloniais, está em choque com as enormes dificuldades dos Estados Unidos em sustentar o patamar do poder mundial alcançado no pós-guerra. Outros fatores pesam na balança do crescente desequilíbrio das forças econômicas, como a estagnação das potências europeias e do Japão.

O imperialismo norte-americano não deu um salto maior no enfrentamento à Rússia, porque a burguesia europeia sabe que os impactos econômicos serão grandes, e que, sobretudo, as massas poderão se ressentir e se rebelar. Uma guerra fatalmente leva ao acirramento da luta de classes. É nesse ponto que se encontra o maior dos problemas.

O proletariado mundial padece da crise de direção. A degeneração do poder soviético – da ditadura de classe do proletariado –, sob a orientação de Stalin, auxiliou o imperialismo, na tarefa de liquidar a III Internacional, e de destruir a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). É nessas condições

O clima beligerante, que tem envolvido a guerra comercial, indica que o mundo está diante dos perigos de uma grande conflagração mundial. Mesmo que os Estados Unidos e Rússia, mediados pelas potências europeias, cheguem a um acordo de arrefecimento, os fatores objetivos da crise militar permanecerão.

que se instalou e prosperou, no âmago da revolução proletária, a contrarrevolução restauracionista. A degeneração do partido bolchevique, pelo revisionismo estalinista, e a dissolução da III Internacional, conduziram à crise mundial de direção, exposta no Programa de Transição da IV Internacional. A tarefa de superá-la corresponde a um processo histórico que, tudo indica, terá de percorrer um longo caminho, se tomarmos como referência a profunda separação dos instintos revolucionários do proletariado do marxismo, do programa da revolução social, ocorrida sob as mais diversas formas de traição de suas direções. No entanto, a proximidade de uma possível guerra entre Estados Unidos e Rússia, diante do empobrecimento generalizado dos explorados, de avanço da miséria e da fome, certamente, poderá potencializar ainda mais a luta de classes e a necessidade de se constituírem os partidos marxista-leninista-trotskistas. O Programa de Transição, os documentos da IV Internacional e os da Oposição de Esquerda devem ser encarados e aplicados pela vanguarda com consciência de classe, nas condições objetivas da desintegração do capitalismo. Não há outro programa e outro caminho na luta contra a barbárie, a não ser o do comunismo, da sociedade sem classes.

O Brasil também se encontra mergulhado em uma profunda crise econômica, recrudescida por dois anos de pandemia. As direções políticas e sindicais, sem exceção, traíram os explorados, submetendo-os à política burguesa do isolamento social. Agora, apresentam como saída a troca de um governo burguês por outro, por meio de eleições. O POR tem lutado pela independência de classe do proletariado e dos demais oprimidos, empunhando o programa de reivindicações próprio das massas oprimidas, e a estratégia da constituição de um governo operário e camponês, por meio da revolução e ditadura proletárias.

Abaixo publicamos o Balanço de Atividades do Comitê Central, aprovado no XVI Congresso.

Extraímos as partes que têm valor apenas interno.

Balanço Organizativo

I. Linha Política

1. O POR respondeu aos problemas colocados pela combinação das crises econômica e sanitária. O acerto da linha teve por ponto de partida afirmar que o fenômeno natural da Pandemia e suas consequências sobre as massas seriam condicionados pelo poder econômico, principalmente pelos interesses monopolistas. A caracterização da política burguesa de isolamento social, e seus reflexos entre as classes, permitiu estabelecer a relação entre os fenômenos estruturais e suas determinações conjunturais, para a elaboração da linha política. O esforço em formular um programa de ação prática, que ajudasse a vanguarda a romper o terror ideológico imposto pela burguesia e seus porta-vozes, demonstrou que o POR procura construir-se ligado estreitamente ao avanço e às necessidades práticas das lutas das massas.
2. A linha política durante a Pandemia teve por principal conquista demonstrar a incapacidade da burguesia e seus governos em proteger as massas em face da Pandemia. E que a aplicação das medidas sanitárias seria condicionada pelo poder econômico, configurando-se uma quarentena

O XVI Congresso confirmou o acerto dessa linha, e estabeleceu as bases políticas para o desenvolvimento da luta do próximo período. A tarefa de se construir no seio do proletariado é parte da luta pela construção do Partido Mundial da Revolução Socialista. E concluiu com a convicção e orientação geral de que a crise mundial tende a se agravar, com o enfrentamento dos Estados Unidos com a Rússia e China. As Declarações do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) sobre o conflito entre Estados Unidos e Rússia na Ucrânia se orientam pelo programa internacionalista. O Congresso considera de máxima importância o desenvolvimento de uma campanha nacional centralizada pelo CERQUI.

Lutemos contra a guerra promovida pelo imperialismo opressor e saqueador das nações oprimidas com o programa e a orientação do internacionalismo proletário!

Trabalhem no Brasil para organizar o proletariado no seu campo de independência de classe.

Trabalhadores do mundo todo, nos unamos em um movimento internacionalista para interromper a escalada da guerra, derrotar o imperialismo por meio da luta de classes, arrancar a oligarquia restauracionista do poder e recuperar o poder proletário soviético!

Todo empenho na reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

13 de fevereiro de 2022

marcada pelas divisões de classes. Demonstrou-se acertado o prognóstico do partido, de que a burguesia se aproveitaria da Pandemia e da passividade dos explorados para dar um salto para as contrarreformas, destruição de empregos, salários e direitos. E que os avanços na imunização nas semicolônias, a exemplo do Brasil, seriam condicionadas pelo curso da guerra comercial e pelos interesses monopolistas de controlar os mercados.

3.(...)

4. Comprovou-se o prognóstico do partido, de que as massas seriam empurradas pelas condições objetivas a recorrer à luta de classes, e que as direções sindicais fariam tudo para sufocá-las, e utilizá-las de campo de manobras às disputas interburguesas. A aplicação da MP 936, a política do “fique em casa”, o boicote às greves operárias e a subordinação das manifestações de massas contra o governo Bolsonaro à estratégia burguesa de substituição de um governo burguês por outro, confirmaram essa avaliação.
5. Revelou-se acertado que as tendências das massas de se chocarem com o governo ultradireitista, estando ausente a classe operária organizada como classe independente,

favoreceria os reformistas e a oposição burguesa, em seu objetivo de arrastar o movimento por trás das manobras no Congresso Nacional e da estratégia eleitoral burguesa. A caracterização de que a pequena-burguesia e a juventude oprimida, ausente o proletariado organizado sob suas próprias reivindicações, acabaria por servir de base de manobra a estratégia democratizante e institucional da burguesia, confirmou-se plenamente. Foi a precisa caracterização de classe do movimento "Fora Bolsonaro" e das manobras burguesas que permitiram ao partido intervir nas massivas manifestações com uma política e bandeiras claramente opostas às dos reformistas e centristas.

6. A compreensão da combinação da crise econômica sanitária como um fenomeno mundial, e da política burguesa de isolamento social como uma diretriz internacional da burguesia, permitiu ao partido responder aos problemas nacionais e às manifestações particulares de seu percurso nosso país, com os princípios e métodos do internacionalismo proletário.
7. O partido acertou ao caracterizar o levante das massas negras nos EUA, nos primeiros meses da Pandemia, como uma manifestação da tendência das massas romperem a política burguesa de isolamento social, e assumirem seus métodos de luta para defender suas reivindicações. Essas tendências objetivas de luta de classes se manifestaram no mundo todo (Índia, Indonésia, Tailândia, etc.). E as levaram a se chocar com os governos, o patronato e as direções sindicais. Situação que o partido caracterizou como favorável para as massas avançarem na independência de classe e nos métodos da aoo direta, para impor suas reivindicações. De posse dessa caracterização, se procurou vincular as reivindicações transitórias a estratégia da revolução proletária nas condições de Pandemia, de atraso político e de desagregação do capitalismo. Permitindo assim contribuir para as posições das seções do CERQUI, nas condições em que sua direção se encontrava dissolvida.
8. O partido trabalhou para dar expressão política aos instintos de revolta das massas, e unificar as lutas isoladas, sob um programa comum de reivindicações. Participou nas greves e manifestações, defendendo os métodos de luta de classes e a organização coletiva das massas. A defesa da convocação de um Dia Nacional de Lutas, baseados em bloqueios e manifestações, foi decisiva para a agitação do partido, visando a superar a paralisia, romper a estratégia burguesa para a crise, e abrir caminho às manifestações unitárias em defesa do programa de emergência próprio.
9. A linha política acertada e a orientação permanente da militância e da vanguarda, por meio da publicação de mais de uma dezena de Cartas de resposta aos problemas que emergiam da crise econômica e sanitária, a campanha de colagens e pichações, a manutenção regular do Jornal Massas, a distribuo sistemática do Boletim Nossa Classe nas fábricas, a elaboração de boletins das frentes de intervenção partidária, e a divulgação do livro sobre a Pandemia, foram decisivos na preservação do funcionamento partidário, nas difíceis condições de pandemia. Impediram que as pressões advindas do terrorismo ideológico burguês e o temor das massas levassem a dissolução na virtualidade. Demonstrou-se acertada a decisão de manter o funciona-

mento normal do partido, e de não abandonar o trabalho prático no seio das massas. O partido conseguiu manter sua independência, e nadar na contracorrente das pressões ideológicas da burguesia, das traições das direções, da capitulação dos centristas, e do atraso da vanguarda.

II.A intervenção na classe operária

10. O partido caracterizou que o controle burocrático sobre os sindicatos, a submissão de suas direções a política burguesa e o temor das massas perante os contágios e mortes bloqueariam as tendências instintivas de revoltas contra os ataques da burguesia e governos, durante a Pandemia. No entanto, a situação objetiva dos explorados forçaria a quebra da passividade das direções conciliadoras. Fato que ocorreu com a greve operária da Renault, no final do primeiro semestre de pandemia, que durou mais de 20 dias, apesar de sua direção direitista (Força Sindical). O POR, mesmo distante, trabalhou para que o movimento se expandisse para outras montadoras, que viviam o mesmo problema de demissão. No entanto, a burocracia do ABC esteve de costas ao primeiro levante operário durante a pandemia.
11. O POR atuou nas greves da Ford, Volks, GM e LG, por meio do Boletim Nossa Classe, que foi distribuído nas assembleias e manifestações contra o fechamento das fábricas. A presença disciplinada nas assembleias e manifestações permitiram que as bandeiras e reivindicações fossem assimiladas por uma parcela dos operários, obrigando as burocracias (de direita e esquerda) a combater nossa política.
12. O Boletim Nossa Classe foi o porta-voz da política proletária. O empenho da militância em manter o trabalho durante a Pandemia permitiu ao partido aumentar o número de boletins e sua intervenção em um maior número de fábricas. O boletim refletiu as reais condições da classe operária, que enfrentava as consequências da crise econômica e pandemica, dando respostas práticas aos violentos ataques do patronato, bem como mostrar e denunciar a política conciliadora das direções sindicais.
13. A clareza da linha, a defesa da independência de classe e a permanente elaboração de respostas práticas aproximou diversos operários, que procuravam saber o que o partido dizia, e que propostas defendia. Mas, o rígido controle burocrático sobre as assembleias e as greves demonstrou que ainda falta muito para transformar o Boletim Nossa Classe em um organizador coletivo da revolta do operariado. Entretanto, devemos reconhecer que estamos mais familiarizados com os problemas da classe operária.
14. O funcionamento da Comissão Operária em São Paulo foi decisivo para servir de canal das denúncias dos operários, e avançar na elaboração de respostas aos problemas concretos colocados pelas greves e conflitos. A centralização do trabalho operário pela Comissão Operária homogeneizou a compressão da militância sobre a importância de batalhar por penetrar a política revolucionária nas fábricas, e construir o partido ligado à classe operária.
15. (...).
16. Esses dois anos de pandemia significaram um avanço do partido no trabalho operário. No entanto, o controle da burocracia sindical sobre os trabalhadores continua muito

grande. Controle que se manifesta na condução das assembleias, dos congressos e das eleições sindicais, onde a democracia operária há muito deixou de existir. A forte influência do PT na grande maioria dos sindicatos faz com que esses organismos de luta sejam conduzidos pela estratégia reformista de substituição de um governo burguês por outro, e pela política da conciliação de classes. As correntes centristas que cindiram a CUT, por sua vez, acabam seguindo os passos da burocracia reformista, a exemplo da política burguesa do isolamento social, abraçada pela CSP-Conlutas, que a levou a aceitar os acordos de redução salarial e suspensão de contratos, e a Campanha Nacional do “Fora Bolsonaro”. A tarefa de combater as burocracias sindicais, reformistas e centristas, que bloqueiam o instinto de revolta dos trabalhadores, é fundamental. O que ocorrerá com a penetração da política do POR nas fileiras do proletariado.

III.A intervenção na Campanha do Fora Bolsonaro

17. A imposição da política burguesa de isolamento social e a submissão das direções reformistas e centristas aos ditames do poder econômico e dos governos submeteram os sindicatos e os explorados à quarentena de classe; dissolveram suas organizações de massas, e impuseram a paralisia das massas, que se viram impedidas de responder às contrarreformas e aos estragos da Pandemia com seu próprio programa de emergência e seus métodos de luta. A campanha de terror da burguesia do “Fique em Casa” manifestou-se no interior do movimento. O desmonte de Dia Nacional de Lutas, em 18 de março, foi um marco dessa política, que serviu de bloqueio ao descontentamento dos operários, diante das demissões e fechamento de fábricas.
18. Depois de um ano e meio de pandemia, foram convocadas as manifestações de rua, como parte da Campanha Nacional do Fora Bolsonaro e Impeachment. As manifestações massivas de 29 de maio de 2021 demonstraram o profundo descontentamento dos explorados com o governo direitista de Bolsonaro. No entanto, as direções sindicais e políticas conduziram os explorados para a estratégia burguesa de substituição de um governo burguês por outro. A classe operária com suas reivindicações esteve ausente dessas manifestações, que foram se desmontando, diante do fracasso da CPI da Covid e, portanto, da inviabilidade do impeachment. A frente em torno à Campanha Nacional do Fora Bolsonaro se dissolveu, e o PT tratou de potencializar a candidatura de Lula.
- 19 a 21 (...)
22. O partido trabalhou por reunir a vanguarda descontente com as direções reformistas e centristas. Assim, foi parte ativa na constituição da Frente Classista e Combativa. Mesmo com todas as limitações e deformações dos autonomistas, foi possível utilizar a Frente para combater a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”. A atuação do partido nas manifestações pelo “Fora Bolsonaro” se destacou por sua disciplina, por propagandear a política revolucionária e por servir de marco para a reorganização da vanguarda que rompia com o reformismo e centrismo.

IV.Propaganda e agitação

Jornal Massas

23. O POR manteve a regularidade do Jornal Massas. Em função da ausência de atividades presenciais (assembleias, manifestações, etc.), o partido, em São Paulo, reduziu a tiragem do jornal impresso. No entanto, quando ocorreram as manifestações e greves, a tiragem era maior. Houve uma recomendação aos coordenadores de células para que o jornal fosse levado até os contatos, que estavam submetidos ao terror ideológico dos contágios e mortes. A sua publicação impressa e a regularidade foram importantes para resistir às pressões ideológicas burguesas e pequeno-burguesas, de dissolver ao partido no mundo da virtualidade.
24. (...)
25. Avançou a participação das células e regionais na elaboração para o Jornal Massas. Mais quadros estão envolvidos na elaboração e formulação coletivas. Permanecem, porém, certas deformações acadêmicas e elaborações desvinculadas da realidade concreta das massas. A crítica e autocrítica devem ajudar a superar esses desvios, e firmar quadros capazes de elaborar a linha, em estreita ligação aos objetivos políticos e práticos da luta de classes.

Livros

26. Foi um acerto a decisão de não paralisar as publicações de livros. Especialmente a decisão de reunir a rica elaboração programática e política do partido durante a Pandemia. A publicação do livro sobre a Pandemia demonstrou a importância das análises, explicações e formulações marxistas para compreender as mudanças operadas na situação política e na luta de classes durante a Pandemia. O partido aproveitou também o momento para publicar as conquistas do leninismo, quando as correntes e partidos centristas abandonavam os fundamentos do marxismo, como guia para ação revolucionária.
27. A publicação de “Lênin Estrategista da Revolução Proletária” demonstrou a importância que deu o partido à compressão de como estruturar um partido capaz de superar as dificuldades, e orientar sua atividade para a ação revolucionária das massas. (...)
28. (...)

Revista Proletária da Educação

29 a 30.(...)

Folhetos

31. A divulgação do folheto “Em defesa da Revolução e Ditadura Proletárias” se deu em função do ataque da grande imprensa à bandeira do POR na manifestação em defesa da democracia. Demonstrou a importância da defesa da estratégia e ditaduras proletárias, quando as correntes revisionistas abandonavam o marxismo e afundavam no democratismo e assistencialismo pequeno-burguês. Expôs a fortaleza do POR, perante a maré democratizante, de manter a bandeira estratégica, que serve de guia à ação revolucionária. A publicação do folheto sobre a “Lei de desenvolvimento desigual e combinado” foi resultado da necessidade levanta-

tada na Conferência regional de explicar o fundamento da lei do desenvolvimento desigual e combinado, e sua aplicação à realidade concreta que o partido procura transformar. O folheto “10 anos do Estatuto Racial”, lançado quando o estatuto completou uma década, teve especial importância para comprovar o fracasso do reformismo em democratizar as relações raciais, e superar a miséria das massas negras. É bom lembrar que sua publicação aconteceu no momento em que a doença afetava a maioria nacional oprimida, formada pelas massas negras.

32. (...)

Trabalho de propaganda nas redes sociais

33. (...)

V. Organizativo

Aspectos gerais

34. O partido não transformou o medo perante o vírus em política partidária. Diferentemente, transformou a política e os métodos proletários em uma orientação, que permitiu disciplinar coletivamente a militância a superar as vacilações e desvios que levavam a dissolver o partido. Foi fundamental a decisão de convocar a militância e contatos mais próximos a realizar um ato político, em nossas sedes, de 1º de Maio, em 2020, quando as direções reformistas e centristas mergulhavam na virtualidade. No ano seguinte, foi possível realizar atos do 1º de Maio em locais públicos. Em São Paulo, contrariamente às correntes reformistas e centristas, que ficaram na virtualidade, inclusive com setores da burguesia, como foi o caso do PT, o POR esteve na Praça da Sé, juntamente com outras correntes, com suas bandeiras, manifesto e banca de materiais. Durante esses dois anos de pandemia, o partido realizou atos políticos presenciais, por ocasião de acontecimentos vinculados à heroica luta dos marxistas, a exemplo da comemoração da Revolução Russa. E por ocasião de lançamentos dos livros, Pandemia, Comuna de Paris, e Lênin Estrategista.

35. A realização de Conferências Regionais, no curso da Pandemia, demonstrou o esforço do partido em formular a linha política diante de uma realidade nova. Cabe destacar a realização da primeira Conferência da Regional Norte, sobre a base de um documento que expressava as particularidades dessa região. Isso foi a demonstração de que o partido vem assimilando a importância de compreender a realidade local, como parte do programa revolucionário.

Comitê Central

36. O CC teve por principal mérito servir de fortaleza ideológica e política contra as pressões externas de dissolução organizativa do partido. Foi decisiva a orientação do CC para afastar esses desvios, e impulsionar o trabalho partidário nas condições adversas.

37. (...)

38. O CC deu especial importância ao trabalho coletivo de elaboração coletiva. Dois momentos foram importantes: 1) quando as células discutiram os problemas internacionais, cumprindo uma orientação do CERQUI, e puderam enviar suas contribuições; 2) quando as células discutiram pontos

para a elaboração das resoluções nacional e internacional, que serviram de base para a elaboração dos documentos, posteriormente. (...)

39. A estruturação do CC nacional não se trata de decisões administrativas de incorporar militantes de outros estados, mas de condições políticas para estruturar um partido verdadeiramente nacional. A formação de quadros nas regionais com elevadas capacidades teóricas e qualidades organizativas, e a abertura do trabalho político em outros estados, criam as bases para começar a superar nosso estágio embrionário.

40. (...)

Coordenações Regionais

41 a 43. (...)

44. As reuniões regulares das Coordenações foram decisivas para impulsionar as campanhas partidárias, e centralizar as células nas atividades práticas. Foi importante a correção da Coordenação Nordeste, de retomar as reuniões presenciais, depois de uma breve vacilação dos coordenadores no início da Pandemia.

45. (...)

Cursos de Formação

46. (...)

Associação 1º de Maio de Cultura Operária

47. A criação da Associação foi uma importante iniciativa do partido, para facilitar a divulgação e propaganda do socialismo científico entre a classe operária e os trabalhadores em geral. A retomada dos cursos de formação política e a decisão de publicar as novas edições de livros, sob a cobertura da Associação, favorecem esse objetivo prático.

VI. Desenvolvimento nacional

48. O partido chega ao XVI Congresso com novas condições para estender seu trabalho político nacional. Verifica-se o esforço da militância para ampliar o trabalho organizativo em outros estados. O avanço com contatos em vários estados tem dado um salto à frente. As direções regionais e nacional vêm dedicando uma atenção permanente a esse trabalho.

49. (...)

VII. Comitê de Enlace

50. A seção brasileira assinalou que o funcionamento orgânico do Comitê de Enlace depende da direção eleita em Congresso. O que implica enfrentar o federativismo, típico do seu desenvolvimento embrionário, que, por sua vez, expressa o nível de desenvolvimento das seções. Não se trata de idealizar a centralização - o CERQUI tem por fundamento o centralismo democrático -, mas de trabalhar por formar uma direção que de fato possa expressá-la.

51 a 53. (...)

VIII. Finanças

54. (...)

Resolução sobre a opressão racial na Pandemia

1. A burguesia e seu Estado, ao se mostrarem incapazes de proteger os explorados, acabaram por descarregar a crise econômica, agravada pela Pandemia, sobre as massas negras, que constituem a maior parte da maioria oprimida;
2. Sob a Pandemia se evidenciou, ainda mais, a histórica opressão racial, que a burguesia não foi capaz de solucionar, apesar do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas;
3. O agravamento do flagelo das massas negras pôs à luz do dia as bases econômicas e de classe da velha opressão racial, que muda de forma, mas que preserva o seu conteúdo;
4. A classe operária, marcadamente formada de operários negros, foi amplamente atingida, sem que pudesse reagir com seu programa próprio, que obrigatoriamente contém as reivindicações dos negros e o objetivo de destruir definitivamente o racismo;
5. Os bairros empobrecidos, as favelas e os cortiços serviram de meio de transmissão e propagação da Pandemia. São habitados, principalmente, por homens e mulheres negros, que convivem diariamente com a miséria e a fome. Somente a classe operária organizada poderia responder, de conjunto, à trágica situação que se abateu sobre a maioria oprimida e, em particular, as massas negras;
6. A política burguesa do isolamento social ocultou a incapacidade e o desinteresse dos exploradores em lançarem todos os meios disponíveis do capitalismo para combater a Pandemia, começando pela proteção dos mais pobres e miseráveis. O que implicava medidas excepcionais e de urgência voltadas à proteção das massas negras;
7. Os sindicatos e movimentos se recolheram, quando os explorados em geral e as massas negras, em particular, mais precisavam de uma resposta própria. Assim o fizeram, acatando a política burguesa do isolamento social, e colaborando com a aplicação do plano de emergência dos governantes que se voltava, primordialmente, à proteção dos interesses dos capitalistas;
8. A onda de fechamento de fábricas, demissões, redução salarial e impulso ao subemprego atingiu frontalmente os negros, que já vinham arcando com as nefastas consequências sociais da recessão e do baixo crescimento econômico do país;
9. Em plena pandemia, a polícia realizou chacinas em favelas, atingindo mais duramente a juventude negra. Com a Pandemia, avançou a desintegração econômica e social do capitalismo no Brasil, de forma que se agravaram as condições das massas negras que convivem com a histórica discriminação racial;
10. As inúmeras organizações do movimento negro, que se reivindicam do fim do racismo, seguiram a posição das direções sindicais e políticas, que passaram a colaborar com os governantes, que se utilizavam da política burguesa do isolamento social e da campanha ideológica voltada a aterrorizar as massas, que se viam desprotegidas, diante da contaminação mortal, e não contavam com uma direção classista para enfrentar a inércia social e organizar e generalizar as lutas que foram surgindo, a despeito do pavor causado pela Pandemia e pela campanha burguesa do “fique em casa”. Serviram de auxiliares à posição reacionária das direções em transformar o medo em política de colaboração de classes;
11. A revolta dos negros, nos Estados Unidos, no final de maio de 2020, em resposta ao assassinato de George Floyd, indicou o caminho a ser seguido. Dada a sua repercussão internacional, estabeleceu um marco contraposto à política burguesa do isolamento social e à passividade da burocracia sindical. As direções do movimento negro sequer puderam aproveitar esse acontecimento, uma vez que vinham trabalhando contra as mobilizações de rua;
12. O predomínio da política de colaboração de classes, as traições à luta de resistência contra as demissões e o fechamento de fábricas acabaram por se refletir na “Campanha Nacional Fora Bolsonaro e Impeachment”. A quebra parcial da passividade das direções que convocaram o ato de 29 de maio não foi para organizar um movimento em defesa das necessidades vitais dos explorados e contra a miséria e fome. De maneira que não teve como expressar as reivindicações das massas negras;
13. As organizações do movimento negro mantiveram submetidas à estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Estratégia essa que teve como continuidade o esvaziamento das manifestações e o redirecionamento para a disputa eleitoral. A indisposição e incapacidade das direções do movimento negro de romperem com as manobras políticas do PT e aliados refletiram a profunda degeneração do reformismo, que se propõe a resolver a histórica opressão racial;
14. Sobre a base dessa experiência, trata-se de trabalhar no seio das massas negras exploradas com o programa da revolução proletária, que tem por objetivo acabar com a sociedade de classes, erguendo a sociedade socialista, e assim eliminar todas as formas de opressão, entre elas, a racial. No ponto de partida da luta, estão as reivindicações econômicas de trabalho igual, salário igual, fim das discriminações na contratação de mão-de-obra e medidas emergenciais de enfrentamento ao problema da moradia, saúde, miséria e fome; e as reivindicações de direitos democráticos, de combate à violência policial e a discriminação judicial;
15. Trata-se de lutar no interior dos sindicatos e movimentos para que o proletariado responda organizadamente à opressão racial, elevando a consciência de que é um reflexo da opressão de classe. Os trabalhadores pretos e brancos se devem unir em defesa do fim de todas as formas de discriminação racial. Essa unidade se alcança lutando sob o mesmo programa e a estratégia revolucionária do proletariado. Nesse sentido, está colocada a tarefa de superar a deformação pequeno-burguesa e burguesa de que a luta contra a discriminação é específica e que não corresponde à luta de classes do proletariado contra a exploração capitalista;
16. A militância do movimento negro tem o dever de se colocar pela construção do partido revolucionário do proletariado. Sem o partido que encarne o programa da revolução e do internacionalismo proletário, não há como avançar no terreno da luta contra a discriminação racial e no objetivo da completa igualdade entre os seres humanos, que será alcançada na sociedade comunista.

Resolução sobre o avanço do agronegócio em Rondônia

1. O agronegócio vem ganhando grandes proporções na Região Norte. O desmatamento da Amazônia é parte dessa ofensiva das empresas de produção de grãos e criação de gado. Denúncias do avanço do desmatamento e das queimadas são cotidianas na tríplice divisa entre o Acre, Amazonas e Rondônia. Isso porque nesse local está sendo implantado o Projeto Amacro, pelo governo Bolsonaro, com apoio dos governadores do Acre, Gladson Camell (PP), e de Rondônia (coronel Marcos Rocha / PSL). Esse projeto dá continuidade à expansão das fronteiras agrícolas, à custa da destruição da floresta, expulsão dos camponeses pobres e ribeirinhos e grilagem de terras públicas;
2. O projeto Amacro segue o modelo do Matopiba. Nas fronteiras entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que já vinham sendo devastadas há algumas décadas pelas empresas de agronegócio, no governo do PT, Dilma Rousseff, foi criada a “Agência de Desenvolvimento do Matopiba”, que tinha o propósito de coordenar a expansão do agronegócio, e amenizar os conflitos de terra. Esses dois exemplos mostram o quanto os governos, sejam de direita ou de esquerda, estão submetidos ao poder do agronegócio, que impõe leis, a exemplo do Código Florestal, e não acata a legislação de proteção ambiental e de reservas de terras indígenas, aprovada pelos próprios representantes da burguesia no Congresso Nacional;
3. A imposição do Projeto Amacro, assim, se dá sobre um brutal desmatamento, queimadas, invasão de terras públicas e ataque às populações indígenas e camponeses pobres, com total impunidade dos governantes. A Força Nacional, polícias e pistoleiros, a mando de latifundiários e madeireiras, atuam na região no combate à resistência, oriunda de indígenas, camponeses, ribeirinhos e quilombolas. As consequências são o crescimento de assassinatos, prisões e ameaças às lideranças dos movimentos;
4. Os camponeses pobres, que ocupam a terra por meio de lutas organizadas (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, a Liga dos Camponeses Pobres - LCP, e a Comissão Pastoral da Terra - CPT) vivem diariamente as ameaças de invasão, destruição de suas plantações e casas, expulsão, prisões e assassinatos. O mesmo se passa nas terras indígenas. No entanto, não há uma política de unidade dos movimentos com as organizações sindicais, para enfrentar tamanha violência do Estado. A resistência continua corporativa, quando não limitada a um determinado local, enquanto as forças da reação estão cada vez mais coesas e centralizadas pelo Estado policial;
5. No Brasil, os movimentos camponês, indígena e quilombola se encontram apartados da classe operária. Isso se deve à política das direções sindicais e camponesas, que rejeitam a aliança operária e camponesa, ou a usam apenas como palavreado. Aliança essa que implica a defesa do programa revolucionário, que, nos países semicoloniais, como o Brasil, tem de resolver as tarefas democráticas pendentes, entre elas, o problema de milhões de camponeses sem terra. Somente com a expropriação dos latifundiários, do agronegócio e a nacionalização das terras, é possível conter o avanço anárquico e destrutivo sobre a região amazônica;
6. Diante da crise econômica mundial, o grande capital vem potenciando o agronegócio. A produção de grãos, em particular da soja, e criação de gado, forçam os governos a ampliarem as fronteiras agrícolas, avançando sobre áreas de preservação ambiental, de reservas indígenas e locais de produção camponesa de sobrevivência, como são as áreas ocupadas pelos camponeses sem terra. O que se passa no corredor Acre, Rondônia e Amazônia é parte dessa ação de empresas e latifundiários para fins de produção de commodities. Para materializá-la, é necessário desmatar, queimar, expulsar moradores. Para isso, tem de contar com o Estado policial, que inclui o poder judiciário;
7. O imperialismo tem aumentado as pressões para que o controle da Amazônia esteja sob suas diretrizes. Age sob a máscara da contenção dos desequilíbrios ecológicos. Na realidade, ocorre uma disputa em torno às suas potencialidades extrativas e agrícolas. São muito bem conhecidas as riquezas minerais da região amazônica. Há muito, as potências vêm implantando ONGs que carregam a bandeira de defesa ecológica e dos indígenas, principalmente. A luta em defesa da Amazônia contra a penetração anárquica das forças capitalistas e dos milhões de oprimidos, não apenas não se confunde com os objetivos das potências imperialistas, como se opõe a eles. A Amazônia é um problema da classe operária e da maioria oprimida. Somente assim se potencializará a resistência do movimento camponês e indígena contra os interesses de latifundiários, mineradoras, madeireiras e agentes do agronegócio.
8. A tarefa da vanguarda com consciência de classe é trabalhar para que as organizações de luta dos trabalhadores estejam a serviço da defesa dos oprimidos do campo e da cidade. O que significa combater a política de suas direções reformistas, que conduzem os movimentos para as disputas eleitorais, como a que estamos presenciando hoje. Não será com a substituição de um governo burguês por outro, trocando os direitistas Bolsonaro, Camell e Rocha, que combateremos a ação violenta da burguesia agrária, madeireiras e mineradoras. Será fortalecendo os métodos da luta de classes, para pôr abaixo o capitalismo e erguer o socialismo.

Nossas homenagens à Camarada Sandra Maria Silva

No dia 6 de julho de 2021, tombou vítima de sequelas da Covid-19, a camarada Sandra. Como militante revolucionária, lutou durante a sua vida ativamente nos movimentos, como dirigente sindical do Sinjesp, e como membro do POR, pelo sepultamento do capitalismo e pela edificação de uma nova sociedade, a sociedade comunista. O XVI Congresso do POR presta à memória revolucionária de Sandra as suas homenagens.

Viva a camarada Sandra!

Viva a revolução comunista!

Somente em Petrópolis, 136 mortos

É preciso reconhecer a principal causa. Os sindicatos, organizações populares e movimentos de moradia devem dar uma resposta de classe

17 de fevereiro de 2022

O desastre de Petrópolis, com 136 mortos, ocorre depois das mortes em vários estados do País, Bahia, Minas Gerais e São Paulo. Está ainda para se apurar a totalidade de vidas perdidas, provocadas pelas chuvas, seguidas de inundações e desbarrancamentos de encostas. Não são fenômenos novos. Calcula-se que, no desastre de janeiro de 2011, mais de 900 pessoas perderam a vida, somente em Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis. Os governantes prometem melhorar as condições de habitação dos pobres e miseráveis, fazem alguns remendos, e tudo permanece na mesma.

A ausência de um movimento operário e popular, voltado a garantir moradias compatíveis com as necessidades civilizatórias elementares, e capaz de responsabilizar os governantes pelos desastres ambientais, permite que os responsáveis pela mortandade não sejam punidos, e tenham a mais completa liberdade de mentir, e contratar a imprensa para inventar historietas sobre a tragédia. Culpam os pobres e miseráveis de irem morar nas encostas e margens de rios. Responsabilizam as “ocupações irregulares”.

Os especialistas em acidentes urbanos sacam de suas gavetas os planos de reurbanização, de projetos de moradia popular e de sistemas de segurança, que preveem os perigos dos temporais. Pesquisas são mostradas à população, para ocultar a incapacidade dos capitalistas e governantes em resolver o grave problema das favelas. O resultado é indicar que tudo foi feito, e que a culpa é, de um lado, dos ocupantes clandestinos de terrenos e da expansão descontrolada das favelas para as encostas e margens dos rios, e, de outro, dos desequilíbrios ecológicos.

Milhões de desempregados, subempregados, informais e assalariados, que sobrevivem com um a menos de um salário mínimo, não têm alternativa, a não ser erguerem populosas favelas, nos perímetros urbanos mais impróprios para a moradia. Os burgueses e a classe média ocupam as áreas apropriadas e mais nobres. As mansões, casas e apartamentos seguem os princípios de construção, que garantem o máximo de segurança. Ali, suas famílias estão resguardadas, em grande medida, das precipitações meteorológicas. O zoneamento de classe das grandes cidades reserva, aos pobres e miseráveis, ou as favelas e cortiços, ou os barracos de rua.

Não é preciso ser marxista, comunista, para ver essa brutal distinção. Está à vista de todos. Mas é preciso ser comunista para encontrar a raiz econômica e de classe dos desastres humanos, como o de Petrópolis, com o objetivo de lutar por soluções imediatas, e pela eliminação definitiva das tragédias evitáveis.

A defesa da moradia aos pobres e miseráveis deve partir de seus próprios movimentos, e entroncar com a luta da classe operária. Somente assim, milhões de favelados se livrarão da demagogia e das promessas dos reformistas e governantes, de que os programas de moradia populares serão implementados e que gradualmente se irá solucionando o problema da moradia. Não há outra via, senão os explorados tomarem em suas próprias mãos a defesa da moradia, dos empregos, dos salários, dos direitos trabalhistas e da Saúde. Os programas de moradias, via de regra,

são limitados, e fracassam. Não somente porque não alcançam a maioria, mas também porque são desvinculados das condições de emprego e salário.

A origem do problema da moradia está no desemprego, subemprego e salários de fome. Ou seja, está na brutal exploração e opressão capitalistas, bem como na impossibilidade da economia de impulsionar as forças produtivas, que se acham encarceradas pela grande propriedade dos meios de produção, presas à enorme concentração de riqueza, e condicionadas pelo gigantesco parasitismo financeiro. Essa é a base sobre a qual as favelas continuam a se expandir nos centros urbanos e a escalar as escarpas.

Em 2019, havia 5.127.747 milhões de moradias nessa situação, para as quais inventaram o nome técnico de “aglomerados subnormais”. Basta multiplicar por uma média de quatro pessoas por família, e se encontrará um número astronômico de favelados e semifavelados. Somente na região metropolitana do Rio de Janeiro, 1.702.073 viviam em favelas, há 12 anos atrás. Certamente, esse número, hoje, é bem maior, e tende a crescer. Não é uma disfunção do capitalismo, que pode ser alterada com políticas públicas, como apregoam dos reformistas do PT e aliados. Sua manifestação é expressão das condições estruturais do baixo crescimento das forças produtivas, da crescente concentração de riqueza e do saque imperialista, entre outros fatores.

Essa massa humana, desprovida das necessidades mais básicas, se acha desorganizada, a mercê dos politiquieiros, das ONGs assistencialistas, das igrejas e do narcotráfico. A ausência da política e do programa proletário em suas entranhas impossibilita lutar com suas próprias forças. Eis por que a tarefa de libertar os sindicatos e as organizações populares de moradia das direções adaptadas ao capitalismo e serviços da política burguesa deve ser assumida pela vanguarda com consciência de classe, ao mesmo tempo em que trabalhe por formar os comitês de bairro, para organizar a luta pela moradia, Saúde, empregos e salários. Tragédias sociais, como a de Petrópolis, expõem claramente as raízes da opressão de classe, que serão erradicadas pela revolução proletária.

O POR faz um chamado aos trabalhadores a responsabilizar o capitalismo, os capitalistas e seus governos pelas mortes de pobres e miseráveis, vítimas, não da natureza, mas da brutal exploração do trabalho, desemprego, subemprego e salário mínimo de fome.

Lutemos pelo programa de reivindicações próprio da maioria oprimida!

Expulsemos dos sindicatos e dos movimentos populares as direções que se submeteram ao capitalismo e traidoras dos interesses dos explorados!

Voltemos todas nossas forças para organizar as massas no sentido da revolução proletária e da sociedade socialista!

São Paulo / Mercedes

Distribuição da Declaração do Comitê de Enlace sobre a crise na Ucrânia

Juntamente com a distribuição do Boletim Nossa Classe, a militância porista fez uma apresentação aos operários da Mercedes do jornal Massas, nº 657, que traz na capa a denúncia da escalada bélica dos Estados Unidos e OTAN contra a Rússia. Distribuíram a Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, expondo as bandeiras “Pelos Estados Unidos Socialistas da Europa”, “Por uma Ucrânia soviética independente”; “Reconstituição das Repúblicas Socialistas Soviéticas”; “Fim da

militarização e do cerco imperialista à Rússia”; “Não à guerra de domínio imperialista. Sim à guerra de classe contra a burguesia pelo fim do capitalismo e pela retomada da transição ao socialismo”.

Os metalúrgicos ouviram atentos a explicação de que os operários do mundo devem ser colocar contra a guerra imperialista, de interesse dos Estados Unidos e demais potências. Foi importante a apresentação do jornal, como parte da campanha contra a guerra imperialista.

A distribuição do Boletim do Co-

mitê de Enlace foi bem recebida pelos operários, que paravam e conversavam conosco, pegavam o Boletim e ouviam as nossas explicações sobre o perigo de uma guerra, que, se ocorrer, recairá sobre os trabalhadores de todo o mundo, inclusive os do Brasil. Essa campanha, ainda que limitada, serviu para que os operários tomassem conhecimento da existência do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, e também vissem que o POR é um partido internacionalista. ■

Pernambuco

Boletim O Proletário - fevereiro

O boletim tem dois temas principais. A luta contra o aumento da tarifa de transporte e pela reintegração dos cobradores demitidos, e a denúncia sobre o abandono da Saúde pública. A distribuição na favela do Detran contou com a participação de um grupo de moradores, passando de casa em casa, nas vielas e ruas. Na distribuição, quem recebia o boletim manifestava a revolta com o aumento da tarifa, alta do custo de vida e desemprego. E amplificava a denúncia sobre a situação da Saúde pública.

No tema do Transporte, o boletim fez o chamado à manifestação contra o aumento da tarifa, do dia 11 de fevereiro. O Boletim relaciona a alta da tarifa com o problema da alta do custo de vida, redução dos salários e renda, desemprego, subemprego e informalidade. Mostra as movimentações dos capitalistas do transporte e governador, para proteger os lucros das empresas, à custa do sacrifício dos rodoviários e usuários. Denuncia que “As empresas de transporte demitiram milhares de cobradores na Pandemia, reduziram salários, eliminaram direitos e diminuíram a frota. Com a ajuda do governo, protegeram seus lucros, enquanto expuseram os trabalhadores à miséria e ao coronavírus”.

Diante disso, “O Proletário defende: 1) Fortalecer o Comitê de Lutas pelo Transporte Público, para organizar a luta unitária de rodoviários, demais trabalhadores e juventude! 2) Não ao aumento da tarifa! 3) Por passe livre para todos os estudantes e os desempregados! 4) Contra a dupla função e pela readmissão de todos os cobradores demitidos! 5) Pela estatização das empresas de transporte, sem indenização, e criação de um sistema 100% público, sob controle coletivo da classe operária. 6) Unir a luta contra a tarifa à luta por empregos para todos, salário mínimo vital, e por direitos trabalhistas!”

Na matéria sobre a Saúde pública, evidencia que a nova onda de contaminações da Covid-19 e da gripe encontrou um sistema de saúde incapaz de salvar a vida dos oprimidos.

Relata a precariedade da Upinha e do posto de saúde, além de constatar que “Os bairros pobres sempre foram locais propícios para as doenças, a falta de saneamento e o esgoto a céu aberto provocam doenças e mortes evitáveis. Dengue, zika e chikungunha se espalham. Pobres e miseráveis adoecem muito mais, pois, seus organismos são debilitados pela fome e alimentação inadequada.” Mostra que a destruição da Saúde pública é o outro lado da moeda da política de mercantilização da Saúde.

O boletim O Proletário chama os trabalhadores e juventude a se organizarem em comitês de luta. Defende “um sistema de saúde integralmente público e gratuito, sob controle coletivo dos trabalhadores. Para isso, é preciso uma luta geral para expropriar a rede privada”.

Por fim, o boletim O Proletário faz o chamado mais geral aos sindicatos e movimentos populares, para que convoquem imediatamente as assembleias presenciais, e aprovem a luta unitária contra o desemprego, a fome e a miséria. Diz “Não ao eleitoralismo!”, opondo-se à campanha das direções, de que os problemas das massas se resolverão trocando um governo burguês por outro, em outubro. O caminho é outro, organizar as assembleias e comitês de luta por empregos, salários e direitos trabalhistas!

Adquira com o distribuidor: R\$35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



São Paulo

Denúncia de um operário Máquina quebrada, trabalho dobrado

Um operário de São Bernardo do Campo, trabalhador de uma fábrica de papel e plástico bolha, procurou a militância que distribui o Boletim Nossa Classe (POR) para expor a condição de trabalho e dificuldades com a máquina que opera.

Diz o operário: A máquina, fabricada ainda na década de oitenta, não passa por manutenção há meses. O operário, assim, é obrigado, por parte da chefia, a consertá-la – já que a opera há muitos anos, e a fábrica é pequena. O operário passa a ter trabalho triplo: constrói o produto, conserta a máquina, e faz a preventiva. Isso sem aumento de salário ou redução de jornada.

O problema de manutenção de máquinas não é um problema isolado, particular às fábricas pequenas. A partir de abril de 2022, a Pepsico também passará a cortar a manutenção realizada por terceiros, passando o trabalho ao próprio operador, que fará as preventivas. Como a classe operária conhece muito bem as máquinas – sua mecânica e elétrica – e todo o processo de produção dos produtos, os patrões se aproveitam para cor-

tar gastos com a preventiva, com os trabalhadores terceiros, aumentando o trabalho do operário, e responsabilizando-o pela máquina.

Tanto operários de fábricas pequenas e médias, como de multinacionais, necessitam exigir que os sindicatos convoquem assembleias para unificar a luta para a contratação de trabalhadores da preventiva/manutenção das máquinas. É preciso constituir as comissões operárias nas fábricas, comissões classistas e revolucionárias, que organizem os operários para a luta pelas reivindicações, como essa de contratação de operários para a manutenção das máquinas e efetivação dos trabalhadores terceirizados diretamente pela fábrica.

Essa realidade também mostra que a classe operária não necessita de chefes e patrões; conhece a linha de produção, o funcionamento e manuseamento das máquinas, devendo tomar em suas mãos toda a produção. É tarefa da classe operária lutar, através das comissões classistas, pelo controle operário da produção. ■

São Paulo

Franco da Rocha e São Bernardo Diante das enchentes, impor com os métodos dos explorados o direito a uma moradia segura e digna

Trabalhadores de Franco da Rocha e São Bernardo do Campo continuam a sofrer os prejuízos das fortes enchentes e deslizamentos de janeiro. Em Franco da Rocha, vários explorados perderam a sua vida, ou de familiares. Em São Bernardo, famílias perderam suas casas, nos deslizamentos e nas reintegrações de posse, que continuam a todo vapor. Em ambos os municípios, continuam as migalhas municipais, com as quais não é possível sobreviver: auxílio-moradia de seiscentos reais.

Enquanto o déficit habitacional continua a crescer, devido ao desemprego e subemprego concomitantes, as esquerdas reformistas, PSOL, PT e mesmo o MTST, defendem o assistencialismo

miserável das prefeituras. As enchentes não são um problema isolado de um determinado município. É um problema de toda a região metropolitana de São Paulo. As massas exploradas, todos os anos, enfrentam o mesmo problema, as mesmas perdas: suas casas e suas próprias vidas – como aconteceram em Franco da Rocha, Capão Redondo, Embu Guaçu, etc.

É necessário enfrentar os problemas de moradia com o método de luta próprio das massas. Para isso, é preciso a construção dos comitês de luta por moradia nos bairros. As direções das centrais, sindicatos e movimentos sociais devem chamar assembleias populares presenciais, para que as massas organi-

zadas exijam suas reais reivindicações, contrapondo-se ao miserável auxílio municipal, apontado pela esquerda reformista como única saída aos trabalhadores. Enquanto os explorados estão vivendo uma das maiores tragédias, os burocratas sindicais estão emprenhados nas disputas eleitorais de outubro. Os trabalhadores e a maioria oprimida devem combater essa política eleitoreira, e exigir a organização de manifestações poderosas em defesa dos empregos, salários, Saúde e moradias seguras, o que implica a expropriação de terrenos e prédios que servem unicamente para a especulação imobiliária, e um plano de moradias populares, inteiramente sob o controle dos trabalhadores. ■



Rio de Janeiro

Mais um negro assassinado, mais um crime de classe da burguesia

Poucas semanas nos separam dos atos que pediram justiça por Moïse, congolês que foi brutalmente espancado e morto por cobrar seu pagamento atrasado, e estamos diante de mais um assassinato bárbaro. O jovem negro Hyago, desempregado, e por isso vendedor de balas nas ruas, foi morto a queima roupas por um PM, ao ser “confundido” com um ladrão. Não existe confusão nenhuma, trata-se de mais um crime de classe da burguesia contra os trabalhadores.

Hyago estava vendendo balas na estação das Barcas, em Niterói, quando foi acusado por uma pessoa que se tratava de um assaltante. Um PM de folga interveio e, na discussão, atirou contra o peito de Hyago. Esses são os fatos. Mas os marxistas nunca podem se limitar a eles. É nosso dever buscar as raízes e orientar as massas para a luta contra os verdadeiros algozes dos explorados.

Uma semana antes deste caso, o jovem Yago, de 21 anos, morador do Jacarezinho, foi preso, quando saiu de casa para comprar pão. A justificativa foi novamente a “confusão” com um suposto ladrão. As câmeras de segurança mostraram claramente que o rapaz tinha apenas comprado pão. Foi libertado uma semana depois. O destino de Durval Filho foi muito pior. O morador de São Gonçalo também foi “confundido” com um assaltante e levou três tiros de um militar, vizinho seu.

Assim como no caso de Moïse, as condições concretas de miséria, desemprego e informalidade estão na base da morte de Hyago e tantos outros. O fato de serem pretos evidencia o racismo, mas o racismo não paira no ar, é expressão da opressão de classe sofrida pelos pobres e miseráveis. No Brasil, os negros compõem a absoluta maioria dos trabalhadores, empregados ou desempregados, que buscam na informalidade sua sobrevivência diária.

Na mesma semana desse assassinato, saiu uma pesquisa

sobre a violência racial no Rio. A pesquisa mostra que, apesar dos pretos e pretas representarem 48% da população carioca, sofrem 63% das abordagens policiais. Além disso, mostra que 66% dos abordados moram nos bairros periféricos e favelas, e 60% ganham até três salários mínimos. Esses números não deixam sombra de dúvida de que o racismo é expressão da opressão de classe, nesse caso, manifestado pela violência do braço armado do Estado burguês. Além dessa violência, sofrem a opressão de ser a maioria dos desempregados, dos informais, dos que passam fome, etc.

A tarefa da vanguarda com consciência de classe não pode se limitar a exigir justiça abstratamente a cada caso de assassinato e violência racial, nem esperar que a troca de um governo burguês por outro vá resolver o problema. É dever dessa vanguarda exigir que as direções políticas organizem manifestações poderosas contra o racismo. Arrancar os burocratas das centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares da passividade, para colocar seu enorme aparato em defesa dos explorados. Rechaçamos as lágrimas de crocodilo que cobram justiça, mas não movem uma palha para organizar os trabalhadores contra a violência policial e por suas condições de existência.

Que as centrais sindicais, movimento negro e outros movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, que tenha por eixo a defesa das necessidades elementares dos explorados, emprego, salário, direitos, contra a violência policial, pelo fim da matança dos pretos e pretas. Os crimes de classe da burguesia devem ser combatidos com os métodos da luta de classes. O POR tem como bandeira a luta pelo Tribunal Popular, único organismo capaz de julgar e punir os crimes de classe, como esses sobre as massas negras. ■

Pernambuco

Barbárie avança no campo, menino de nove anos é assassinado

No dia 10 de fevereiro, o menino Jonatas de Oliveira foi assassinado em sua própria casa, no interior de Pernambuco. A região em questão trata-se do Engenho Roncadorzinho, no município de Barreiros, em uma área de disputa de terra com o latifúndio e o agronegócio. O pai de Jonatas, Geovane Oliveira, liderança rural, presidente da associação de moradores, também levou um tiro no ombro, numa tentativa de assassinato.

O crime aconteceu na própria casa da família, diante do ataque de sete homens encapuzados e armados, a mãe

e outras três crianças se esconderam. Jonatas foi retirado do esconderijo, embaixo da cama, e assassinado brutalmente. Quarenta famílias vivem há décadas nessas terras. Eram trabalhadores da Usina Central Barreiros, que faliu e não pagou os direitos trabalhistas. Os latifundiários acumulam dívidas milionárias, mas são protegidos pelo governo do estado. Posteriormente, as terras foram arrendadas e jagunços e policiais executam diversas ações, para expulsar essas famílias que moram e trabalham nessas terras, além de serem credoras das Usinas falidas.

Na Mata Sul de Pernambuco, a rotina de terror contra as famílias que vivem nos Engenhos em disputa, há muito, vem sendo denunciada. Há ataques químicos que envenenam as águas e lavouras, lista de marcados para morrer, destruição de lavouras, criminalização de lideranças, assaltos às casas, cercamento de fontes de água e atentados. Desde 2020, o Jornal Massas vem denunciando os conflitos na região, como o do Engenho Bateiras, no município de Marial, e na Zona Rural do município de Ferreiros, além da violência contra a aldeia indígena Pankararu, no Agreste do estado.

Tal nível de barbárie só prova que a burguesia se alimenta da decomposição social para impor a violência que a sua dominação de classe necessita. Com a Pandemia, os casos de violência dessa natureza despontaram em nível sem precedentes, como, ano a ano, o relatório anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre Violência no Campo demonstra.

A CPT tem coletado dados sobre os conflitos no campo, e denunciado os crimes do latifúndio. Junto a ela, a Arquidiocese de Recife e Olinda e a Federação de Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco (FETAPE) apelam ao governo, para que haja investigações rigorosas e punição aos responsáveis. As famílias têm todo o direito de exigir justiça e punição aos responsáveis, porém, a linha impulsionada pelas direções restringe-se ao envolvimento de parlamentares para dar visibilidade e buscar soluções jurídicas.

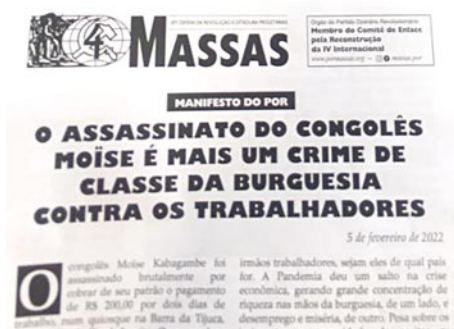
Nesse terreno – executivo, parlamento e judiciário–, a violência e os cri-

mes continuarão impunes. Os métodos jurídico-parlamentares, na realidade, servem para ocultar a raiz de classe da opressão, ocultar o inimigo a ser combatido, e alienar as reivindicações próprias do proletariado e do campesinato. Os conflitos no campo são expressão da questão agrária não resolvida no país. A atuação do Estado a serviço do agronegócio, usineiros e latifundiários é exaltada no desempenho econômico desse setor econômico, porém, a expansão das fronteiras agrícolas é responsável direta pelos crimes contra camponeses sem-terra, posseiros, quilombolas, indígenas e ribeirinhos. Estado e latifundiário tornam a vida desses trabalhadores num inferno, não garantem serviços sociais básicos, não garantem crédito para a produção. A expulsão do campo, porém, não vem acompanhada de nenhuma garantia de que essas famílias terão trabalho e moradia decente nas cidades. Diante disso, essas famílias resistem em seus territórios.

O caso do menino Jonatas Oliveira só demonstra que a burguesia e latifúndio usam de instrumentos sórdidos para atingir seus objetivos de classe. O proletariado rural e os camponeses pobres carecem de uma direção própria, que una suas reivindicações às do proletariado urbano e da pequena burguesia arruinada, que vive nas cidades. Não basta apelar à Justiça burguesa, os crimes da burguesia só serão punidos, de fato, por tribunais populares. Só então, a justiça aos mortos da barbárie causada pela decomposição do capitalismo poderá realizar-se. A conciliação de classes das direções do campo tem deixado as famílias camponesas e proletárias desarmadas. É preciso retomar a defesa da nacionalização das terras e entrega aos camponeses, junto à expropriação do agronegócio e controle operário. É urgente retomar os métodos próprios de luta dos oprimidos no campo, erguendo sua autodefesa, realizando greves nas usinas e canaviais, exigindo terra, empregos, salários e direitos. ■

Pernambuco

“Ato Justiça” por Moïse



No Recife, o ato foi convocado pela Articulação Negra de Pernambuco. Cerca de 300 pessoas atenderam ao chamado. Iniciou-se às 4 da tarde, em frente ao shopping Boa Vista (área central do Recife), com performance de grupo de maracatu do Levante Popular da Juventude, até às 17 horas, quando se iniciaram as falas. Estiveram presentes representantes de centrais sindicais (CUT/CSP-Conlutas), de sindicatos da Educação, das torcidas antifascistas (Sport/Santa Cruz), de partidos políticos (PT/PCB/PSTU/MRT), de imigrantes africanos, do movimento negro, de movimentos sociais (MTST/MST) e de indígenas. Representantes da UNE chegaram no momento de dispersão do ato.

Desde a primeira fala, estiveram presentes as caracterizações de que se tratava de um “ato de lamentos”, um “ato simbólico”. Manifestaram-se as posições reformistas referentes ao Estado,

também houve o caráter religioso, que clamavam ao “amor fraternal”, “sensibilização da sociedade” e “por justiça”, abstratamente. O PSTU procurou se diferenciar, ligando a morte de Moïse com a ação do imperialismo e com a manifestação concreta do desemprego estrutural e da criminosa reforma trabalhista. Mas nada de concreto foi proposto.

O POR interveio com a distribuição de seu manifesto nacional, denunciando que o assassinato de Moïse foi mais um crime de classe da burguesia. Mostrando que esse episódio odioso de opressão racial e xenofobia reforça a necessidade de organizar a luta contra o desemprego, o rebaixamento dos salários e a retirada de direitos. Defendendo uma ampla campanha nacional pelas necessidades dos explorados, com a convocação de um Dia Nacional de Lutas, em defesa do programa próprio de reivindicações dos trabalhadores. ■

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

São Paulo

Ato por Moïse

Direções do movimento colocam freio à revolta dos explorados

No dia 5 de fevereiro, foram realizados diversos atos pelo país, para denunciar o brutal assassinato do jovem congolês Moïse Kabagambe. Em São Paulo, o ato se concentrou na Av. Paulista, em frente ao MASP. A convocatória para os atos partiu das organizações do movimento negro, comunidade congoleza e africana, e contou com a participação de imigrantes e refugiados, partidos de esquerda, liderança de movimentos sociais e parlamentares. Tudo indica que os organizadores do ato tinham um acordo com a polícia, para que o ato não saísse da região da Av. Paulista, e que se restringisse aos quarteirões próximos ao MASP, ocupando apenas as pistas do sentido centro. Contudo, ao anunciarem que o ato estava próximo de seu final, e que encerraria a manifestação com a leitura de um manifesto, elaborado pelos organizadores, parte da comunidade africana exigia que o ato saísse em marcha pelo centro em direção à Praça da República, onde parte da comunidade africana historicamente comercializa artesanatos. Diante desse protesto de parte dos africanos, os manifestantes saíram em marcha, em direção a R. da Consolação, se opondo à decisão da organização do ato.

O POR, que foi impedido de falar no ato, se juntou aos manifestantes na marcha. No entanto, a marcha foi cercada pelo aparato policial, na esquina da Rua Consolação. Novamente, as lideranças reformistas e parlamentares se colocaram por “abrir um diálogo” com os policiais para que a passagem da marcha ocorresse. Essa conduta contribuiu para confundir e persuadir os manifestantes a encerrar a marcha ali mesmo.

Rio de Janeiro

Ato “Justiça por Moïse”

O ato “Justiça por Moïse” na cidade do Rio de Janeiro teve início às 10h, na Barra Tijuca, bairro de maioria pequena burguesa. A primeira concentração do ato foi próxima ao quiosque onde Moïse foi assassinado, lá ficou o carro de som, onde os grandes partidos e a comunidade congoleza se revezaram para falar. Fora do carro e em frente ao quiosque estavam a família de Moïse, uma comunidade indígena, manifestantes de organizações políticas e do movimento negro.

O ato se concentrou em frente ao quiosque em que Moïse foi assassinado, posteriormente, o carro de som das direções políticas puxou uma passeata passiva pela orla. A manifestação apresentou uma divisão, uma parte considerável, entre eles familiares e amigos, um grupo indígena, militantes independentes etc., mais radicalizados, tinham a intenção de colocar o quiosque abaixo. Chegaram a quebrar o letreiro e fazer uma fogueira, mas foram contidos por pacifistas, que estavam lá para colaborar com a polícia. O movimento negro organizado fez o papel da pacificação. A situação gerou um princípio de conflito no ato. Chegou ao ponto de uma militante do PSOL dizer que quebrar o quiosque seria fazer o mesmo que



Está aí mais um exemplo do papel conciliador das direções dos movimentos. Ao invés de organizar para preparar manifestações massivas contra os crimes de classe da burguesia e em defesa das reivindicações da maioria oprimida, fazem dos atos contra os assassinatos um palco para discursos eleitorais e performances teatrais.

O POR interveio com seu Manifesto, bandeiras e banca de materiais. Entre os materiais, a militância distribuiu a Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) sobre o conflito entre Estados Unidos e Rússia em relação à Ucrânia, que traz a consigna da autodeterminação do país, expressa na bandeira “Por uma Ucrânia livre e independente”.

matar Moïse. Diante da defesa da propriedade privada contra a revolta de uma parte do ato, ficou claro que as direções estavam lá apenas para fazer demagogia com as mortes dos pretos e pretas. O advogado do ato, negro, defendeu a passividade, pois, segundo ele, a radicalização atentaria contra os próprios negros posteriormente.

Depois da quebra da placa, o carro de som começou a andar, e organizações e os partidos de esquerda e as principais organizações do movimento negro, como Coalizão Negra e MNU, começaram a andar pela orla em forma de passeata, calma, com as mesmas frases vazias, sem apontar os caminhos para que os explorados lutem. Esses acontecimentos, de conjunto, expressam a crise de direção dos trabalhadores diante da barbárie diária. São assim obrigados a responder instintivamente, mas são contidos pelas direções políticas.

O POR atuou com manifesto, defendendo um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, para preparar a greve geral, pois, entende que fazer atos isolados toda vez que um negro é assassinado não é o caminho de resposta dos explorados. Nenhum outro manifesto circulou na manifestação. ■

Pernambuco

Tarifa do transporte aumenta para R\$ 4,10, e comitê fracassa em organizar a luta

As empresas de transporte anunciaram, em 19 de janeiro, sua proposta de aumentar a tarifa do ônibus na região metropolitana do Recife em 23%. O governo do estado acatou o pedido da empresa, se comprometendo a ampliar os subsídios, e descarregando nos usuários um aumento de 9,69%. Houve o chamado de entidades estudantis (UESPE e UEP) e sindicato dos rodoviários para se estabelecerem três pontos prioritários: não ao aumento da tarifa, volta dos cobradores demitidos, e fim da dupla função motorista-cobrador e passe livre.

A presença das organizações estudantis, rodoviários e cerca de 20 entidades, coletivos e correntes políticas foi um passo importante, no entanto, não houve um real engajamento das entidades para envolver suas bases. O sindicato dos rodoviários, embora tenha participado de algumas reuniões, não fez nenhuma assembleia ou outra ação para convocar a categoria à luta. E apesar de haver o indicativo de uma assembleia estudantil unificada da UFPE, UFRPE, Unicap e UPE, o chamado foi feito com pouca antecedência, sem real mobilização, apenas formalmente. A Educação básica está em funcionamento presencial, e, embora a UESPE estivesse representada no comitê, não fez ações para convocar os secundaristas. As iniciativas de envolver associações de moradores, não foram coordenadas.

Como resultado, o ato realizado no dia em que o conselho de transporte votaria, em 11 de fevereiro, foi completamente esvaziado, sem atrair a população, e sem nenhum poder de exigir do governo do estado o cumprimento das reivindicações de não aumento da tarifa, volta dos cobradores (fim da dupla-função) e passe livre. O ato não esteve à altura do ataque que o aumento da tarifa significa para a vida dos trabalhadores e da juventude. As entidades atuaram apenas com representações, sem o envolvimento de suas bases. A interdição do Terminal Cais Santa Rita (local de concentração do ato), que não estava em funcionamento, também foi um obstáculo para que parcelas da população se somassem.

A militância do POR procurou contribuir para que o movimento chegasse ao conhecimento da população. Organizou panfletagens na garagem da Vera Cruz e na favela do Detran. E, no interior do comitê, se contrapôs às propostas de se recorrer à via jurídico-parlamentar. Desenvolveu a defesa de que o movimento não deveria ser direcionado a “convencer” o governador, que antes da reunião do conselho já manifestou que

atenderia ao pleito das empresas, aumentando os subsídios e a tarifa. Nossa construção deveria ser direcionada aos trabalhadores e juventude da RMR, pois, somente os explorados, com seus métodos próprios de luta, poderiam impor ao governo e empresas de transporte a derrubada do aumento, a volta dos cobradores, e o passe livre.

A nova tarifa de R\$ 4,10 (anel A) e R\$ 5,60 (Anel B) foi aprovada, e entrou em vigor em 13 de fevereiro, sem que o Comitê tenha conseguido erguer a luta. Na reunião de avaliação, o POR avaliou que o tempo agora joga contra o objetivo de derrubar o aumento. A única via para reverter isso seria: o comitê fazer um balanço rigoroso sobre o não cumprimento, ou cumprimento com atraso, dos encaminhamentos; definir um novo calendário de lutas que tenha como principal objetivo mobilizar as bases estudantis e dos rodoviários. Somente se as entidades se comprometessem a erguer um movimento forte ancorado na juventude e trabalhadores do transporte, a população oprimida sentirá confiança e se somará. Foi possível perceber, nas panfletagens, que há revolta, principalmente contra o aumento e a demissão de cobradores. Conversamos com ambulantes que são rodoviários demitidos. Caberia ao comitê trabalhar para transformar essa revolta em organização coletiva. A reunião, porém, apesar do reconhecimento formal das falhas, apenas indicou como próxima ação, a realização de uma fala no ato de 8 de março, uma reunião organizativa daqui um mês, e a participação no ato Fora Bolsonaro de 26 de março. Ou seja, a luta contra o aumento da tarifa morreu antes mesmo de nascer.

A luta contra o aumento da tarifa e volta dos cobradores tinha o potencial de servir de ponta de lança para a luta pelos empregos, salários e direitos. Os novos valores são insuportáveis no quadro de desemprego, informalidade, miséria e fome que afetam as massas oprimidas. Desperdiçou-se uma oportunidade de transformar a revolta em organização. As direções vão seguir dedicando suas energias para o terreno eleitoral. Cabe à vanguarda com consciência de classe erguer uma nova direção para a juventude e os trabalhadores, e exigir das entidades sindicais, populares e estudantis a convocatória de um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com bloqueios, greves e paralisações, em torno de uma carta de reivindicações centrada nos empregos, salários e direitos. ■

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.

**R\$ 35****ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

São Paulo / Mauá

Por que não houve empenho das direções sindicais e políticas contra o aumento das passagens?

O prefeito Marcelo Oliveira/PT do município de Mauá, na região do ABC, anunciou o aumento do preço das passagens do transporte público, seguindo a conduta dos prefeitos de vários municípios. O comitê de luta organizou uma manifestação contra esse aumento. No entanto, não houve empenho das direções sindicais e políticas em organizar um poderoso movimento em toda a região do ABC. Ocorreram dois atos, um em São Bernardo e outro em Mauá. Ambos não foram devidamente convocados. Assim, passaram despercebidos da grande maioria dos trabalhadores.

Boa parte das direções sindicais não está disposta a enfrentar o prefeito petista de Mauá. Trabalha para que o prefeito não caia prematuramente na desgraça, e não seja rejeitado pela população. Essas direções precisam assegurar a governabilidade do PT no ABC, tanto em Mauá como em Diadema, tendo em vista a candidatura de Lula para as eleições presidenciais de outubro.

O problema está em que a cidade de Mauá se encontra abandonada. Ruas estão cheias de buracos e mato. Nos bairros operários, falta tudo, desde saneamento até transporte. Denúncias do descaso são constantes, e se agravaram na administração do

prefeito corrupto Átila Jacomussi. O prefeito petista, que assumiu em 2020, não se tem diferenciado das administrações anteriores. O problema do aumento das passagens mostra o compromisso do PT com as empresas de transporte. Assim, no final de janeiro, a população, não tendo como se levantar contra o aumento, pois, o acordo entre o prefeito e o dono da empresa Suzantur estava certo, acabou aceitando passivamente.

É preciso tirar as lições desses atos fragmentados e mal convocados contra o aumento de passagens. Uma delas é a luta pela independência dos movimentos dos explorados contra as administrações petistas. A situação precária dos municípios do ABC, desemprego e subemprego de sua população, e miséria crescente, tende a se agravar, porque a crise econômica continua sendo descarregada sobre a maioria oprimida. Daí a importância de pôr em pé verdadeiros comitês de luta, em defesa do emprego, salário, direitos trabalhistas, moradia e saúde, bem como a defesa do passe livre aos estudantes e desempregados. E levantar a bandeira da estatização dos transportes coletivos, sob o controle dos trabalhadores. ■

São Paulo

O combate à terceirização nas escolas públicas

Com o retorno às aulas presenciais na rede pública, veio à tona o velho problema: falta de funcionários. Os governos do PSDB, há muito, vêm reduzindo o número de funcionários efetivos, e ampliando os contratos com empresas terceirizadas. A situação se tornou calamitosa. Isso porque um funcionário tem de executar mais de uma tarefa. As empresas terceirizadas, que pagam salários de fome, exigem que um funcionário cumpra funções de três, a exemplo, uma funcionária da limpeza e da merenda tem de dar conta de todo o serviço. Têm sido comuns os contratos de 4 horas, com salários inferiores ao mínimo estipulado pelo governo, e sob uma intensa exploração do trabalho. Como o desemprego é grande, trabalhadores são empurrados a aceitar a condição subumana imposta pelas empresas terceirizadas, como ocorre com a empresa LIBEM e a Torres alimentação, prestadoras de serviços para a Secretaria da Educação, na região de Francisco Morato.

O importante é que vem crescendo o descontentamento dos funcionários terceirizados. Em algumas regiões, como em Mauá e na Zona Leste, ocorreram manifestações contra o abuso das terceirizadas. No entanto, essa luta não tem avançado, porque não há uma direção sindical disposta a organizar esse setor de funcionários. O sindicato de funcionários de escola (Afuse) se recusa a assumir essa organização. E o sindicato, que diz representar os terceirizados, não move uma palha. Isso implica um trabalho dobrado: 1) enfrentar as empresas terceirizadas, organizando os funcionários para a luta coletiva; 2) combater as direções sindicais que colaboram com o governo e com as terceirizadas. ■

São Paulo

Francisco Morato sem transporte escolar

As mães com o retorno às aulas presenciais estão tendo dificuldade com o transporte gratuito para seus filhos. Crianças que tinham transporte em 2021 não o conseguiram em 2022. As mães desesperadas procuram uma resposta nas escolas, mas não obtêm. Procuram a prefeitura de Francisco Morato, e são orientadas a procurar a Diretoria de Ensino de Caieiras. Procuram a empresa de transporte a Moratense, que também avisam para recorrer à Diretoria de Ensino. Correm atrás de vereadores, que dizem que não podem fazer nada. Como se vê, é um jogo de empurra-empurra.

O fato é que as mães não contam com as direções sindicais, estudantis e associações de bairro. O que tem dificultado a organização de um movimento em defesa do passe livre a todos os estudantes. A maioria dos grêmios estudantis, onde existe, está sob o controle de direções de escolas. E os organismos como UNE, UBES e UEE são dirigidos pela política de colaboração de classes. Até hoje, depois de dois anos de pandemia, essas direções estão refugiadas no mundo virtual, enquanto os estudantes estão amargando o “pão que o diabo amassou”. Cabe aos estudantes mais conscientes trabalharem para pôr em pé os grêmios livres e direções classistas, que lutam pelas reivindicações dos estudantes, entre elas, o passe livre a todos. ■

Paraná

Assembleias Unificadas para definir o retorno presencial

No final de janeiro, um grupo de estudantes da UEL cobrou da reitoria o retorno seguro às aulas presenciais. Por decisão dos conselhos superiores, o retorno presencial será realizado lentamente, e há muitos departamentos que adiaram ao máximo a volta. A resistência à volta das aulas presenciais não se deve apenas à crise sanitária e aos altos índices de contaminação pelo vírus, mas, ao interesse em manter o ensino a distância, altamente desenvolvido durante a Pandemia. Durante os dois últimos anos, a decisão foi manter o ensino remoto – eufemismo com que tentam disfarçar o EaD – devido aos altos níveis de contaminação de COVID. Após a vacinação generalizada e com a liberação das restrições, não há mais justificativa para impedir o retorno das aulas presenciais.

Nem os sindicatos, nem o movimento estudantil, levantaram críticas contra o EaD, no máximo, questionaram aspectos técnicos, como falta de equipamentos para estudantes ou treinamento de docentes, mas, não se opuseram por princípio a esta excrecência.

Situação oposta à enfrentada pela maioria dos trabalhadores em Londrina e em todo o país, que, com pandemia e altos níveis de contaminação, sempre foram obrigados a trabalhar presencialmente. Os ônibus abarrotados, com gente se espremendo como sardinha em lata, nas poucas linhas que os donos dos ônibus mantiveram, mostraram a verdadeira face do capitalismo: para os trabalhadores, o sacrifício e os riscos; para os ricos e a alta classe média, o conforto do isolamento em casa.

É claro que o isolamento social seria a medida adequada recomendada pela ciência. Mas, para manter os trabalhadores isolados em suas casas, os patrões e o Estado deveriam garantir as condições materiais, continuar pagando os salários. Mas, isso o capitalismo não pode garantir, pois, ao invés de sustentar os trabalhadores, os capitalistas é que são sustentados pelos trabalhadores a quem exploram.

A UEL, inicialmente suspendeu as aulas, mas, logo em abril de 2020, o governo e os capitalistas pressionaram, no sentido de implantar a modalidade de ensino remoto ou, caso contrário, haveria corte de salários. Alguns empresários locais chegaram a acionar o Ministério Público, para exigir o corte de salários dos servidores da UEL, se não voltassem ao trabalho. O que no início parecia ser uma imposição, com o tempo, passou a ser uma prática adotada como normal, e aproveitada pelos grupos privatistas dentro da universidade para ocupar terreno.

Durante a Pandemia, esses grupos vinculados ao EaD nadaram de braçada, foram ocupando espaços, e se legitimando junto aos professores, de modo que, hoje, há setores que já contam que, após a Pandemia, o ensino na UEL será cada vez mais “híbrido”, ou seja, aumentará o “ensino remoto”.

O avanço do EaD na UEL, no entanto, não foi só consequência do apetite dos privatistas, mas da incapacidade dos sindicatos, do DCE e dos Centros Acadêmicos, de se opor a esta modalidade liquidadora da escola. Nem os sindicatos, nem o movimento estudantil, levantaram críticas contra o EaD, no máximo, questionaram aspectos técnicos, como falta de equipamentos para estudantes ou treinamento de docentes, mas, não se opuseram por princípio a esta excrecência. Por outro lado, não poderia haver uma oposição efetiva, quando estudantes e docentes estavam dispersos, isolados, cada um na sua casa. O “combate” contra esta forma de ensino ficou restrito ao mundo virtual, ou seja, não houve resistência.

As manifestações de estudantes que começaram a acontecer em Londrina e Maringá, defendendo a volta do ensino presencial, indicam que, ao menos na base do Movimento Estudantil, começa a esgotar-se a tolerância com a política do “fique em casa”. O que corresponde é obrigar as direções a assumir a luta pela volta às aulas presenciais.

Defendemos o retorno das aulas presenciais e a realização de assembleias (presenciais) unificadas de estudantes, docentes e técnicos, para discutir e decidir as medidas de proteção contra a contaminação. Quem tem de decidir sobre essas medidas são os que estudam e trabalham, e não a burocracia universitária, interessada na expansão do EaD e outras formas de privatismo. A assembleia unificada deve organizar ações concretas para obrigar um serviço que atenda as exigências sanitárias, e preserve a vida dos trabalhadores e estudantes, o que leva inevitavelmente a colocar na ordem do dia a necessidade de estatização do transporte público, sob controle dos trabalhadores. ■

R\$5

Trotsky e Nós
—
Guillermo Lora

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

4 MASSAS

Ceará:

Campanha salarial do magistério estadual termina com perda de 18%

A combinação da crise sanitária e econômica aprofundou os ataques dos governos ao conjunto dos trabalhadores. Os governos estaduais e municipais aproveitaram a Medida Provisória de Bolsonaro Nº 936, para também impor a redução salarial e a precarização do trabalho sobre o funcionalismo. Assim se passou no Ceará, com o governo Camilo Santana/PT. As centrais sindicais e movimentos sociais se submeteram ao isolamento social, e não organizaram a luta contra o congelamento de salários, que atingiu o conjunto dos servidores, incluindo o magistério.

Diante disso, a direção do sindicato APEOC (PCdoB/PT) continuou com sua estratégia de defender a mesa de negociação permanente, apontando algumas reivindicações da categoria, mas sem mobilização. O ato, finalmente convocado para o dia 10/2, foi realizado na Assembleia Legislativa, e longe do

palácio do governo, para poupar Camilo de qualquer desgaste. A burocracia sindical se refugiou no mundo virtual, e estimulou o “fique em casa” dos professores, o que resultou num ato esvaziado.

Foi em meio a este início de movimentação da categoria que Camilo anunciou a intenção de reajustar os salários do magistério em 33,24%, aplicando, portanto, a lei do piso e seu índice de 2022. O reajuste, porém, vem depois de 2 anos sem reposição da inflação e sem atender aos anteriores índices do piso nacional de 2020 e 2021, respectivamente 12,84% e 5%. O pagamento do piso ocorre, na verdade, com uma perda salarial acumulada de quase 18%.

A burocracia sindical, acostumada a mentir descaradamente, comemorou, dizendo que se tratou de uma retumbante vitória, fruto do diálogo e da capacidade de negociação sindical. A categoria, que

pouco antes havia sido beneficiada com rateio do Fundeb, aceitou esse engodo. A direção da APEOC diz agora que só restam as pendências dos chamados precatórios do Fundef, uma cifra de milhões, que pleiteia ser dividida entre os professores.

A Corrente Proletária na Educação/POR, esteve presente no ato do dia 10 e nas mobilizações, exigindo assembleia presencial. Defende que é preciso organizar a luta urgentemente para arrancar do governo as melhorias das condições físicas das escolas, salário e direitos iguais para trabalho igual, estabilidade no emprego a todos os trabalhadores da Educação (efetivação dos temporários), a convocação do cadastro de reserva, ampliação definitiva para uma parcela docente, assim como a defesa da democracia escolar, recentemente atacada com o decreto do governo, que prorrogou a gestão das escolas. ■

Rio Grande do Norte

Boletim da Corrente Proletária na Educação

Magistério estadual: O boletim da Corrente Proletária na Educação do mês de fevereiro denuncia que é preciso a defesa da assembleia presencial para lutar pelo pagamento do piso, que o governo Fátima (PT/PCdoB) não cumpriu. Tudo indica que a governadora tinha expectativa de que o governo Bolsonaro não reajustasse o piso dos professores ou, no máximo, corrigisse pela inflação, para assim poder divulgar uma correção rebaixada do piso, mas um pouco maior do que supunha a do governo Federal, para cantar de vitória, e ludibriar os trabalhadores em educação do RN.

Acontece que a categoria está irredutível, não somente quanto aos 33,24%, mas também reivindica que não aceita nenhum parcelamento. A direção do SINTE/RN, ao perceber a pressão da base, mudou de tom e defendeu a greve. O erro, porém, foi o de marcar assembleia online para aprovar o indicativo de greve, e sua deflagração, método este que só funciona com ação direta e, portanto, só funciona presencialmente. A Corrente Proletária reivindicou, desde as primeiras assembleias online, suas substituições pelas assembleias presenciais. Só depois de aprovada a deflagração da greve foi que a direção do SINTE/RN chamou assembleia presencial.

O problema importante de se mencionar foram as assembleias online e híbridas, que não ajudaram a categoria a sair do imobilismo, desarmaram a categoria do ponto de vista do método da ação direta, o que acabou favorecendo o prefeito.

Greve dos professores de Natal: no boletim, também há o balanço da greve dos professores de Natal pelo repasse do piso de 2020: os 12,84%. A greve durou 19 dias. O prefeito Álvaro Dias (PSDB), depois de muitas tentativas de audiências, apresentou o percentual de 6,42%, e manteve esta proposta rebaixada, mesmo com a paralisação de 80% da categoria. O problema importante de se mencionar foram as assembleias online e híbridas, que não ajudaram a categoria a sair do imobilismo, desarmaram a categoria do ponto de vista do método da ação direta, o que acabou favorecendo o prefeito.

Vale ressaltar que o prefeito usou dos aparatos repressivos para conter a greve. Entrou na justiça, determinando o retorno de integral dos servidores em greve, sob multa de R\$10 mil, por dia, ao SINTE RN. Além disso, utilizou a guar-

da municipal, que chegou a disparar spray de pimenta contra os professores.

Com o cerco da justiça burguesa, a direção do SINTE defendeu a suspensão da greve, no dia 29 de dezembro, em assembleia presencial, não tendo uma oposição organizada, não restou à categoria aceitar a proposta do SINTE/RN, de suspensão da greve. No final, a direção defendeu que a categoria fosse, no mesmo dia, fazer pressão parlamentar, para que os vereadores aprovassem uma emenda da vereadora do PT, para que fosse paga o restante do piso em junho de 2022. Eis aí a política do reformismo burguês do petismo, de se agarrar nas instituições do Estado. Ficou clara a necessidade de construção de uma vanguarda revolucionária com consciência de classe na Educação do município de Natal, para assumir a luta coletiva do SINTE/RN.

Sobre o rateio do FUNDEB: também no Boletim, se explica a farsa do FUNDEB, com o pagamento de rateio aos trabalhadores em educação. Mostrando que os trabalhadores em educação têm uma expectativa muito grande

em receber as sobras do FUNDEB. O boletim avalia que isto se dá pelos baixos salários, a pobreza, escolas sucateadas, péssimas condições de trabalho, além de outros problemas decorrentes destes, como o adoecimento. O boletim explicou como o FUNDEB é importante para a burguesia enrolar os trabalhadores com o financiamento da Educação. E agora, para os governantes não reajustarem os salários.

Para a classe operária e demais oprimidos, o financiamento da Educação não pode estar limitado ao fundo, que é insuficiente, e manobrado pelos governos. O investimento direto e integral é o que garante de fato todas as necessidades de que a escolas precisam. E isto só pode ocorrer por meio de uma luta ferrenha, por meio do método da ação direta, em assembleia escolar, onde pais, estudantes e trabalhadores em educação determinem os rumos financeiros da escola. O ponto de partida é a luta para o pagamento imediato do piso salarial para os trabalhadores em educação, e pela reposição integral das perdas salariais.

Rio Grande do Norte

A má utilização das finanças do sindicato

Recentemente, a direção da Aduern (PT/PCdoB) anunciou a lista de 300 docentes, que teriam ganho uma causa judicial, e agora precisavam enviar documentação para o Sindicato, a título de calcular o retroativo. O que causou grande surpresa foi o valor dos honorários do advogado do Sindicato. Na live que a direção organizou para o advogado da Aduern explicar o processo e retirar dúvidas, um docente questionou cláusulas do contrato enviado como anexo para assinatura dos envolvidos.

As direções sindicais deveriam tratar os direitos dos assalariados como pauta de lutas, e não como processos

judiciais individualizados. Hoje, tem sido comum a judicialização, ou seja, na medida em que as direções sindicais foram se adaptando ao sistema da burguesia, começaram a judicializar as reivindicações e direitos coletivos dos trabalhadores. Tem sido comum, a contratação de escritórios terceirizados para as ações judiciais. Ou a contratação de advogados, que recebem salário pelo sindicato, mas que recebem percentuais por ações ganhas na Justiça.

No caso em questão, dos 300 sócios, caso o retroativo seja de 80 mil, os 15% que o advogado está cobrando de cada um, lhe renderão 3 milhões e 600 mil

reais. O advogado da Aduern recebe mensalmente do sindicato pelos seus serviços. É um docente da Instituição, portanto, pertence à categoria que será beneficiada.

É preciso recuperar os sindicatos como instrumento de luta pelas reivindicações dos assalariados. Assentados nos princípios da democracia operária, o que inclui o controle das finanças por parte dos trabalhadores. Para isso, é necessário fortalecer a Corrente Proletária, portanto, a fração revolucionária, que expressa a luta contra a burocratização e a conciliação de classes das direções sindicais.

LANÇAMENTO

R\$ 35

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Apresentação das contribuições da Corrente Proletária na Educação ao 40º Congresso do ANDES-SN

Após a suspensão do 40º Congresso, em função da Pandemia e da política adotada pela atual diretoria do ANDES-SN, realizar-se-á o Congresso, entre 27 de março a 1º de abril de 2022, em Porto Alegre, na UFRGS. Embora a direção do ANDES-SN tenha realizado erradamente as eleições para a diretoria do ANDES-SN de forma remota, virtual, não quis incorrer no erro de realizar o Congresso da entidade de forma remota, já que é a instância superior do sindicato, e representa o conjunto de forças políticas e de posições que a entidade possui em seu interior.

O 40º Congresso do ANDES-SN tem duas tarefas fundamentais: primeira, avaliar o que foi feito nestes últimos dois anos (o último congresso ocorreu em fevereiro de 2020), o que implica compreender os ataques dos governos e dos capitalistas, e a piora das condições de vida das massas trabalhadoras, e avaliar o papel de colaboração das direções sindicais neste período; segunda, preparar a categoria para o enfrentamento contra os governos e defender as reivindicações ligadas aos salários, aos empregos e aos direitos, mantendo sua independência de classe, diante das eleições de 2022.

Para tanto, apresentamos as contribuições e teses da Corrente Proletária na Educação que devem figurar no Caderno de Textos do Congresso. Neste ano, demos um passo à frente, ao conseguir realizar uma elaboração mais coletiva, envolvendo todos os signatários dos textos. Esse é um passo importante para construir uma fração classista no interior do sindicato docente.

Conjuntura e movimento docente

Com o título “Crise econômica e pandêmica: capitalismo descarrega sua crise sobre as costas dos trabalhadores e as direções sindicais e políticas colaboram com capitalistas e governos”, apresentamos um quadro da conjuntura atual, mostrando, de um lado, como a piora da condição de vida da maioria nacional foi produzida, tanto pela ação dos governos e dos capitalistas, quanto pela colaboração das direções sindicais, partidárias e dos movimentos nos últimos dois anos.

O texto da contribuição faz um breve histórico, desde o desmonte do dia 18 de março de 2020, quando se organizava a greve geral da Educação (básica e superior) e a greve geral dos trabalhadores. Mostra que, apesar de não contar com nenhum Plano Emergencial para defender a vida dos explorados, dos mais pobres, as direções das Centrais, dos sindicatos e dos movimentos sociais embarcaram na política dos governos, e suspenderam todas as lutas, o que resultou na redução salarial (menor média da última década), aumento do desemprego (piores números também dos últimos anos, com os desempregos e subempregos superando o número de trabalhadores empregados formalmente), quebra de direitos (aplicação da reforma trabalhista, destruição de acordos coletivos de trabalho,

como nos Correios), e diminuição de recursos para os serviços sociais (Educação, Ciência e Tecnologia e Infraestrutura). A colaboração das direções políticas é demonstrada a partir do caso da Medida Provisória 936, que o governo federal criou já em abril de 2020, e que esteve vigente até agosto de 2021. A MP permitia a redução salarial e a suspensão de contratos de trabalho, reduzindo assim o valor da força de trabalho, e beneficiando os capitalistas, já que o governo dispensou bilhões para pagar parte dos salários dos trabalhadores, aliviando os capitalistas. Todas as Centrais sindicais (CUT, UGT, Força Sindical, CTB, e CSP-Conlutas) montaram as assembleias virtuais, remotas (mesmo com os trabalhadores em atividade presencial), para aprovar a aceitação da MP 936. A justificativa geral da burocracia sindical foi a de “preservar os empregos”. A MP não só não conservou os postos de trabalho, já que chegamos ao final de 2021 com os piores índices de desemprego da década, como também favoreceu o rebaixamento geral da força de trabalho.

Neste ano, demos um passo à frente, ao conseguir realizar uma elaboração mais coletiva, envolvendo todos os signatários dos textos. Esse é um passo importante para construir uma fração classista no interior do sindicato docente.

Apesar da suspensão geral das lutas e mobilizações de rua, em função desta “unidade nacional” que as direções sindicais realizaram com os governos e os capitalistas, houve mobilizações e greves. Citam-se as mobilizações de junho de 2020, das torcidas organizadas contra o governo, sem a participação das direções sindicais, a greve dos trabalhadores dos Correios e da Renault, em agosto de 2020, a luta dos trabalhadores da Ford contra o fechamento das fábricas. Todas as lutas foram isoladas. As direções mantiveram em geral o método das assembleias remotas, e os trabalhadores foram culpabilizados por terem ajudado a “eleger Bolsonaro”. Em 2021, com as mobilizações nacionais a partir de maio, quebra-se em parte a política burguesa do isolamento social, e ocorrem manifestações massivas nas capitais. Embora houvesse disposição da juventude e de parcelas da pequena burguesia urbana, a classe operária não participou, porque não foi convocada para as mobilizações e as direções políticas (partidos de esquerda, movimentos sociais e centrais e sindicatos) manejaram as mobilizações de rua para a estratégia do “Fora Bolsonaro” e para o “impeachment”, tentando seguir a CPI da Covid no Senado. A CPI era parte da disputa interburguesa, para desgastar o governo. Naturalmente, naufragou. Sem que as reivindicações por emprego, salário e direito estivessem no centro das mobilizações, os atos nacionais foram desmontados em outubro, com o fracasso da

“frente ampla”, apenas uma prematura corrida eleitoral para as eleições de 2022. Mais uma colaboração das direções políticas, mais um atraso na luta em defesa da maioria nacional.

O texto da conjuntura aponta ainda a questão da Dívida Pública, que define a política dos governos, de direita ou de esquerda, que assumem a direção do Estado burguês. Embora central a discussão da Dívida, nenhuma direção política (de sindicatos, de Centrais e de movimentos sociais) aponta para o não pagamento da Dívida, o que torna inúteis todas as defesas que fazem abstratamente em relação aos direitos sociais. A outra questão é a da vacinação, que serviu apenas para expressar a disputa eleitoral prematura, porque as esquerdas apenas culpabilizam unicamente Bolsonaro, omitindo o papel dos monopólios farmacêuticos e da guerra comercial entre as potências, relativizando assim o problema de fundo, que era e é o da propriedade privada e, de fato, do interesse do “lucro sobre a vida”.

Por fim, o texto da conjuntura levanta a defesa da independência de classe do sindicato, do ANDES-SN, diante das eleições gerais deste ano. Para a defesa da independência, não importam apenas “declarações de intenção”, mas uma plataforma de reivindicações e a organização da mobilização nas ruas contra quaisquer governos. Por isso, a Corrente Proletária apresenta alguns pontos de uma Carta de Reivindicações, para servir de plano de mobilização para o próximo período, o que inclui uma luta consequente em defesa dos empregos, dos salários, dos direitos e contra as privatizações. Sem esta luta, partindo das assembleias presenciais e dos comitês de mobilização em cada local de trabalho, as forças e correntes políticas que atuam no sindicato (PSOL, PCB, PT) vão dirigi-lo para a disputa interburguesa, para se submeter à estratégia de substituição de um governo por outro, ignorando assim as causas mais profundas da crise econômica, que é descarregada ano após ano contra os trabalhadores e os mais pobres.

Plano de luta dos setores

Apresentamos dois textos sobre a luta para as instituições federais de ensino superior (IFES) e para as instituições estaduais/municipais de ensino superior (IEES/IMES), tratando dos

problemas que as universidades já enfrentam, e que devem enfrentar, no próximo período.

O primeiro sobre as IFES é o mais amplo e completo, porque tanto a base do ANDES-SN quanto a própria realidade de universidades públicas estão concentradas no sistema federal de Educação. Tem como título “Responder ao arrocho salarial, cortes orçamentários, privatismo, intervencionismo, ensino a distância e contrarreformas com a defesa da autonomia, financiamento integral por parte do Estado e expropriação da rede privada de ensino”. Traz as principais teses da Corrente Proletária na Educação para o setor, e vincula os problemas mais imediatos e do último período à luta geral dos trabalhadores.

Traz como questões prioritárias: “1) Enfrentar os ataques às Universidades e Institutos Federais, que podem ser sintetizados nos seguintes pontos: a) brutais cortes orçamentários; b) ampliação do privatismo interno; c) expansão do Ensino a Distância (EaD); d) aumento da ingerência do governo fede-

ral; e) conversão das IFES em espaços mais elitistas e excludentes. 2) Lutar para derrubar e enterrar a contrarreforma administrativa, e revogar a Emenda Constitucional 95 (do teto dos gastos), as contrarreformas trabalhista e previdenciária. 3) Erguer a luta pelos salários, corroídos pela alta do custo de vida e o arrocho salarial.”

A partir destas questões, a contribuição apresenta dados, como os dos cortes orçamentários para as universidades federais. O orçamento das IFES, aprovado para 2022, corresponde a 45,5% do orçamento de 2015. Ao mesmo tempo que diminuem os recursos para Educação,

Saúde, Previdência e Trabalho, aumentam os repasses para o Fundo Eleitoral, para os militares, para as emendas individuais e de relator dos parlamentares.

Coloca também como o último período serviu à expansão do EaD: “A combinação da crise econômica com a crise pandêmica desfraldou a aplicação massiva, e sem precedentes, do EaD em todos os níveis da Educação, da educação infantil à pós-graduação”. Liga essa constatação à crise geral da Educação na fase de decomposição do capitalismo. Os dois anos de pandemia serviram para a substituição das aulas presenciais para as aulas remotas, sem que houvesse uma verdadeira campanha para se opor a esta imposição dos governos e das reito-

A luta contra o EaD e o privatismo no interior do sistema público de educação só pode se realizar pela bandeira de expropriação de toda rede privada de ensino. Não é possível defender a coexistência do público e do privado, como fazem os reformistas, porque isso redundaria no fortalecimento progressivo do privado e na destruição geral da Educação.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

rias. O ANDES-SN acabou por colaborar com esta política: “A direção do ANDES-SN, apesar dos estudos e posicionamentos que alertam para o “projeto do capital” para a Educação, no qual o EaD tem papel de destaque, não fez uma campanha contra o EaD, emitiu posicionamentos tímidos e, ao subordinar-se à política burguesa do isolamento social, aceitou, na prática, a aplicação do EaD”.

Como parte do projeto de privatização e de expansão do EaD, apareceu a proposta de Reuni Digital do atual governo, revelando que a admissão do EaD, disfarçado sob mil nomes no período da pandemia, agora ganha um projeto institucional. Esta conclusão comprova também que, quando se recua ideologicamente e nas lutas, como no caso do não combate ao EaD, os governos e os capitalistas avançam sobre áreas que antes encontravam resistência. A luta contra o EaD e o privatismo no interior do sistema público de educação só pode se realizar pela bandeira de expropriação de toda rede privada de ensino. Não é possível defender a coexistência do público e do privado, como fazem os reformistas, porque isso redundaria no fortalecimento progressivo do privado e na destruição geral da Educação.

Os últimos anos também foram marcados intensamente pela ingerência e intervenção do governo federal sobre as universidades e institutos, com a colocação de reitores/gestores ligados diretamente à política de Bolsonaro. Já são mais de 24 reitores empossados que não foram votados pelas comunidades dos institutos e universidades federais. Essa ingerência serve, de um lado, para maior controle e repressão de modo dos lutadores nestes espaços e, de outro, para facilitar a aplicação das medidas privatistas e de ajuste fiscal. A luta imediata é para expulsar os interventores e, ao mesmo tempo, deve estar combinada à luta pela real autonomia das instituições de ensino, o que implica a defesa do governo tripartite, e de sua sustentação pelas assembleias gerais universitárias. Sabemos, inclusive, que a expansão do intervencionismo está ligada diretamente à formalidade da atual autonomia, já que estudantes, por exemplo, que formam a base das instituições, e têm o maior vínculo com a população, não participam das decisões e da execução das políticas internas das universidades e dos institutos.


Toda esta política tem convergido para aumentar o elitismo e a exclusão da juventude mais pobre das universidades, enquanto crescem os números de matriculados nas instituições privadas de ensino. A defesa consequente do ensino público é a defesa do acesso irrestrito, o que significa lutar pelo fim dos vestibulares e a estatização de toda rede privada de ensino, com financiamento integral pelo Estado, além da defesa da própria juventude e de suas condições de vida, o que implica tanto a defesa da permanência estudantil nas universidades, quanto a defesa do emprego à juventude, com jornada compatível com os estudos.

Coloca-se ainda no texto a necessidade de erguer a luta pelos salários, corroídos pela alta do custo de vida e arrocho salarial. O fato de que o funcionalismo federal está sem reajuste geral desde 2017, com uma defasagem salarial de quase 50%, considerando apenas os últimos três anos, a defasagem chega a 19,99%, que é o que as entidades estão reivindicando junto ao governo federal. A contribuição da Corrente Proletária lembra que, nos últimos anos, as direções sindicais, inclusive,

a do ANDES-SN, aceitou o congelamento salarial, chamado ironicamente por Paulo Guedes de “patriotismo”, e que agora só se levanta em função da possibilidade de aumento para os policiais federais, mas não para as demais carreiras. Mostra também que a Campanha tem sido feita mais no discurso do que em ações, já que não se convocam as assembleias locais e gerais, para organizar a greve na categoria docente e em conjunto com o funcionalismo. É preciso mudar urgentemente esta orientação.

Não poderia faltar nas teses ao Congresso o balanço das derrotas dos últimos anos (Reforma trabalhista e Reforma da Previdência), porque a aprovação das contrarreformas agora converge para a apresentação e votação da Reforma Administrativa (PEC 32). Reverter as contrarreformas já aprovadas e impedir a aprovação da Reforma Administrativa passa por compreender que elas não são a ação de um governo isolado, do governo “genocida” de Bolsonaro, mas parte da política burguesa, do capital financeiro, para enfrentar a crise econômica, e que devem ser respondidas pela luta unitária de servidores públicos, da classe operária, do conjunto dos trabalhadores e da juventude, porque, sem esta luta unitária, nas ruas, adotando os métodos da ação direta, veremos destruídos mais direitos sociais, veremos ampliar o desemprego, veremos a manutenção do rebaixamento salarial e a instauração de maior barbárie no país. A direção do ANDES-SN deve abandonar a política de pressão parlamentar, e se apoiar nas forças do movimento docente, estudantil e dos trabalhadores em geral para resistir à ofensiva do capital e dos seus governos.

O texto sobre as lutas nas universidades estaduais e municipais com o título “Rejeitar e eliminar o ensino à distância das universidades. Revogar as contrarreformas e lutar por único sistema de ensino, público, gratuito e sob o controle de quem estuda e trabalha, financiado integralmente pelo Estado” traz certas particularidades das universidades estaduais e municipais, como o problema do financiamento. A resposta das direções políticas dos sindicatos ao estrangulamento orçamentário tem sido defender a “autonomia financeira”, o que significa



R\$5

Adquira com o distribuidor do Massas:

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

Apontamentos sobre a Lei do Desenvolvimento Combinado, Guillermo Lora

Extratos de Trotsky, Lênin, Rosa Luxemburgo, Engels e Marx

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

4 MASSAS

um percentual fixo do orçamento estadual para as instituições de ensino. O texto critica a proposta por não combater o subfinanciamento e abrir espaço para as formas de privatização interna (cobrança de taxas, de mensalidades, de serviços pagos e existência fundações de direito privado, como acontece nas estaduais paulistas). A defesa da Corrente Proletária é a do financiamento integral pelo Estado, a ser calculado anualmente pelas assembleias gerais universitárias com os três setores.

A nossa defesa é pela unidade organizativa e política dos trabalhadores, o que não significa defender a CUT, mas defender a luta pela unificação de todas as centrais em uma nova Central, nascida, não dos aparatos, mas das lutas gerais e unitárias da classe operária e do conjunto dos trabalhadores. Novas divisões, como a que já foram defendidas por militantes do PSOL e PCB, de saída da CSP-Conlutas, para formar novos “Fóruns”, devem ser rejeitadas.

O texto ainda traz informações sobre a falta de reajuste em várias universidades estaduais (Amazonas, Ceará, Paraíba, etc.), a situação de projetos que pedem a eliminação de universidades (Rio de Janeiro), e a situação generalizada de contratação temporária de professores para os cursos de graduação. Nas universidades estaduais e municipais, muitos não são “permanentes”, colocando estes trabalhadores em situação de subemprego, que deve ser revertido pela defesa da estabilidade de todos eles, sem a necessidade de concursos públicos, já que permanecem anos e anos a fio sem os direitos dos professores concursados.

Plano geral de lutas

Apresentamos três textos de contribuição ao 40º Congresso sobre lutas gerais. O primeiro deles sobre a política sindical, “Pela unidade política e organizativa dos trabalhadores. Combater a política divisionista e trabalhar pela construção de um Congresso de unificação de todas as Centrais sindicais”. O segundo, sobre o tema da Seguridade social, com o título “Responder à mercantilização e à destruição da Seguridade Social com a bandeira de expropriação da rede privada sob controle operário”. Por fim, o terceiro texto, sobre política agrária e ambiental, intitulado “Defender a vida dos camponeses pobres, indígenas e ribeirinhos contra o latifúndio e o agronegócio”.


Contribuições da CPE ao 40º Congresso do ANDES

Destacaremos apenas o tema sindical, por questão de espaço.

O texto sobre **política sindical** parte da constatação de que o ANDES-SN seguiu a política burguesa do isolamento social, que não serviu para salvar vidas, mas serviu para aprofundar os ataques de governos e capitalistas. Revela que esta política foi quebrada em 29 de maio, quando a direção do ANDES-SN convoca também os atos nacionais, mas se subordina à estratégia da “Fora Bolsonaro”, ou seja, de substituição de um governo burguês por outro. Mostra, ainda, a limitação da pressão parlamentar que a direção do ANDES-SN realizou no período contra a Reforma Administrativa.

Depois de indicar a atuação da direção do ANDES-SN, segue demonstrando o vínculo desta com a da direção da CSP-Conlutas, que também se submeteu à política do isolamento social e que aprovou, como outras Centrais mais direitistas, as medidas de redução salarial, por meio da MP 936. O texto indica a profunda divisão e fragmentação dos trabalhadores em uma dezena de Centrais sindicais e como a política da direção do ANDES-SN ajudou neste processo, ao embarcar na aventura da CSP-Conlutas, que hoje é um Central pequena e subordinada às demais Centrais. A nossa defesa é pela unidade organizativa e política dos trabalhadores, o que não significa defender a CUT, mas defender a luta pela unificação de todas as centrais em uma nova Central, nascida, não dos aparatos, mas das lutas gerais e unitárias da classe operária e do conjunto dos trabalhadores. Novas divisões, como a que já foram defendidas por militantes do PSOL e PCB, de saída da CSP-Conlutas, para formar novos “Fóruns”, devem ser rejeitadas. A fragmentação e a divisão dos trabalhadores servem à burguesia e seus governos, e correspondem à política das burocracias sindicais, que se adaptam à flexibilização capitalista do trabalho. Diante da impossibilidade das burocracias alcançarem “migalhas” como no passado, se veem como menor possibilidade de manter a centralização política dos trabalhadores, favorecendo mais divisões corporativistas, que não respondem aos ataques sofridos nos últimos anos e décadas. Nossa política se sintetiza na bandeira de “Congresso de Unificação de todas as centrais”, e a consigna de “unidade política e organizativa do conjunto dos trabalhadores”, que devem servir para se opor a mais divisões, e assim denunciar as traições das burocracias sindicais que levaram às últimas derrotas do período.

A Corrente Proletária da Educação ainda elaborará textos sobre os temas política educacional e opressões, para submeter ao anexo do Caderno de Textos. Para a leitura das teses completas, acesse: bit.ly/3LInpSS



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

nº 10
ago 2020

O novo número da revista da Corrente Proletária se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

General Motors

Operários reagem à traição da burocracia sindical

Em março de 2020, o Brasil e o mundo foram atingidos pelo Covid-19. Desde 2008/2009, os explorados sofriam com a crise econômica, que se potenciou com a Pandemia. Os governos procuraram, prontamente, proteger os negócios dos grandes capitalistas. Bolsonaro e o Congresso Nacional impuseram as Medidas Provisórias, que protegiam as empresas.

Assim, a GM decidiu, em 19 de março, portanto, assim que foi decretada a Pandemia, férias coletivas por quinze dias. Segundo o burocrata Cidão, foi um anúncio inesperado, sem discussão com a direção do Sindicato. No dia seguinte, a direção do Sindicato convocou uma assembleia geral (que nunca é totalmente geral, porque as assembleias são por turnos), para discutir a “proteção” dos operários. O burocrata inventou uma forma de conduzir a assembleia, a tal “assembleia em movimento”. Ou seja, para evitar aglomeração, os operários entravam e saíam da fábrica, enquanto o sindicato falava no carro de som. Volta e meia, repetia o jargão: “*o bem maior de uma empresa são os trabalhadores*”. Para concluir que “*os trabalhadores não podem ficar expostos ao vírus*”. Esse discurso serviu para os acordos firmados com a montadora, banco de horas, lay-off, e, mais tarde, a MP 936, que reduziu os salários e suspendeu os contratos.

Depois do acordo, o Sindicato fechou as portas, e passou a ditar ordens por meio das assembleias virtuais. Quando tudo parecia calmo para a burocracia, eis que os operários, no final de 2021, paralisaram o trabalho. Cidão retornou à porta da fábrica, agora, para pôr fim ao movimento de greve, que nasceu espontaneamente. No entanto, a GM, no início de 2022, se viu obrigada a anunciar que não havia mais como utilizar o banco de horas, e que era necessário compensar os feriados, utilizando

do os sábados. Na assembleia de 10 de fevereiro, a burocracia do sindicato defendeu a proposta da empresa, de compensação das horas aos sábados e rapidamente pôs fim à assembleia. Os operários, que sempre compensaram os feriados com a ampliação, e 15 minutos por dia durante a semana, não puderam se posicionar, porque há muito só falam nas assembleias os dirigentes sindicais. Isso só vem aumentando o ódio de uma parcela de operários, que, nesses dois anos, se aprofundou, com as traições da burocracia sindical.

O Sindicato dos Metalúrgicos, da qual faz parte a GM de São Caetano, pertence à Força Sindical. Trata-se de uma burocracia direitista, que controla o seu mais expressivo sindicato com mãos de ferro. Durante os dois anos de pandemia, submeteu o organismo de resistência dos trabalhadores à política burguesa do isolamento e à unidade nacional capitalista, que objetivou descarregar a crise econômica e sanitária sobre os ombros dos explorados. Na realidade, houve uma unidade burocrática das direções sindicais, que abarcou a CUT, Força Sindical, e se estendeu à CSP-Conlutas, em torno da política burguesa do isolamento social e da implementação dos acordos de redução e suspensão de contratos.

O importante dessa experiência está em que vem aumentando o descontentamento dos operários. E a reação dos operários da GM de São Caetano e certamente dos milhares de operários demitidos com o fechamento da Ford, LG etc., contrária à política conciliadora e traidora das burocracias, aponta o caminho do rompimento com essa política burguesa. Está colocada para a vanguarda com consciência de classe trabalhar para erguer uma oposição classista e de luta, para expulsar os burocratas traidores dos sindicatos.

Sem o atendimento das reivindicações, a greve no sistema Eletrobrás foi suspensa

Depois de 22 dias, a greve atingiu vários setores do sistema Eletrobrás. Tinha como principal reivindicação a alteração no plano de saúde. Os grevistas usaram a paralisação para denunciar a venda fraudulenta da empresa estatal por parte do governo Bolsonaro. Diante da contestação por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) do processo de privatização – o governo quer vender por R\$ 67 bilhões, quando está avaliada por R\$ 400 bilhões – e do bloqueio da venda, os dirigentes sindicais alimentaram a ilusão de que é possível barrar a privatização, tendo em vista que as discussões retomarão, a partir de 15 de fevereiro. Assim, suspenderam a greve, sob o argumento de que irão aguardar as negociações com a empresa sobre o plano de saúde e o desfecho do questionamento do TCU.

Apesar de ser uma greve com alto índice de adesão, foi passiva. Não houve esforço da direção da CUT em ganhar as ruas, com manifestações nacionais. Passou despercebida da

população, e não serviu de instrumento para impulsionar a luta geral contra as privatizações. Os petroleiros continuam com a campanha corporativa, bem como os trabalhadores dos Correios. A fragmentação é o que há de melhor para o governo avançar com o desmonte das estatais. A política operária, ao contrário, é o da unidade, das ações coletivas e das manifestações poderosas contra o plano de Bolsonaro e Guedes.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

ASCENSO E QUEDA DO PT

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO



Rondônia

Chega de discurso e atos eleitoreiros

Organizar a luta dos explorados contra a ofensiva do agronegócio, mineradoras e madeireiras

O desenvolvimento do agronegócio no estado de Rondônia ganhou força com as eleições de 2018, com a enorme votação obtida na região por Bolsonaro (72,18%). A vitória do governador de Rondônia, bolsonarista, coronel Marcos Rocha, faz parte dessa ofensiva do agronegócio, mineradoras e madeireiras da região. Uma investida dos capitalistas em torno à expansão das fronteiras agrícolas, contra as reservas indígenas, e contra a resistência dos camponeses pobres. Não por acaso, vêm crescendo os assassinatos, prisões e ameaças de lideranças camponesas e indígenas.

O projeto Amacro, expansão do agronegócio nos estados do Acre, Rondônia e Amazonas, desmatando a região e expulsando camponeses e ribeirinhos, vem projetando-se durante o governo Bolsonaro, e contando com o apoio de governadores. Basta ver a conduta do governador Marcos Rocha, que impôs a Lei Complementar de nº 1.089, 20 de maio de 2021, reduzindo aproximadamente 167 mil hectares de áreas de reservas extrativistas do estado, no distrito de Jaci-Paraná, fazendo parte os municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Buritis, e 16 mil hectares em Guajará-Mirim, fronteira com a Bolívia.

Rondônia, por sua posição geográfica, além de ser parte do projeto Amacro, é o estado mais próximo do Acre e Peru, importante para consolidar as negociações em torno à saída para o Pacífico, corredor do agronegócio e escoamento de mercadorias.

Este avanço do agronegócio traz à tona a aprovação do segundo projeto de saída para o Pacífico, que se arrasta desde os anos 1990, sendo o primeiro projeto acordado com o governo do Peru, em 2010. A construção da ponte do Abunã, inaugurada pelo governo Bolsonaro, no ano passado, é parte do projeto atual, e recebeu os nomes de Rota Interoceânica e Estrada para o Pacífico. Foi após a inauguração desta ponte que o governo Bolsonaro firmou um acordo com Marcos Rocha, e trouxe a “Força Nacional”, que resultou no assassinato de cinco camponeses da “Liga dos Camponeses Pobres”.

Este avanço do agronegócio traz à tona a aprovação do segundo projeto de saída para o Pacífico, que se arrasta desde os anos 1990, sendo o primeiro projeto acordado com o governo do Peru, em 2010.

A tríplice fronteira brasileira do projeto Amacro foi idealizada por Assuero Doca Veronez, presidente da Federação de Agricultura do Acre, inspirado na Matopiba, corredor de escoamento e da produção do agronegócio em três estados da região Nordeste, que abrange áreas do Maranhão, Piauí e Bahia, e um da região Norte, o Tocantins. Tanto a Amacro quanto a Matopiba tem o mesmo objetivo, que é o de fortalecer o agronegócio e atender os interesses dos países impe-

rialistas, cujas semicolônias são os mercados consumidores e, ao mesmo tempo, produtores de matérias-primas para as indústrias nacionais e multinacionais, oferecendo mão-de-obra barata para a agroindústria.

No dia 3 de fevereiro, Bolsonaro esteve em Rondônia, para tratar de acordos de comércio, acesso a mercados e escoamento do agronegócio com o governo do Peru, Pedro Castillo. Nesse encontro, firmaram um acordo bilateral, principalmente para exportação de carnes. Nessa ocasião, dirigentes sindicais e políticos realizaram um limitado protesto contra a presença de Bolsonaro, por meio da bandeira “Fora Bolsonaro”. Os apoiadores bolsonaristas e a Polícia Rodoviária Federal impediram que a bandeira fosse erguida. Mas tudo não passou de um conflito circunstancial.


O fundamental está em que as direções sindicais, camponesas e políticas não vêm respondendo à altura o avanço do agronegócio, das mineradoras e das madeireiras sobre as reservas florestais e indígenas, e à investida repressiva sobre os camponeses pobres, ribeirinhos e quilombolas, que vivem diariamente as ameaças, prisões e assassinatos. Não há, por parte dessas direções, o empenho em organizar a luta coletiva contra os projetos governamentais de proteção aos capitalistas, e de desgraça aos oprimidos. Está aí por que é necessário combater esse obstáculo que controla os organismos dos trabalhadores para colocá-los inteiramente a serviço da luta de classes.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“ A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Nesta edição:

- **Ucrânia:** Impasse na Ucrânia - **Lênin:** Ucrânia / **Lênin:** Ucrânia e a derrota dos partidos governantes da Rússia.
- **Bolívia:** A crise econômica. / Reforma da Lei dos Hidrocarbonetos marca o fim da impostura reformista da “nacionalização”. / Por que o reformismo pequeno burguês, apesar do seu esgotamento político, é catapultado novamente ao poder?
- **Peru:** O governo decompõe-se rapidamente.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Impasse na Ucrânia

O compasso de espera de Putin, na fronteira da Rússia com a Ucrânia, deu provas de que procura um acordo mínimo, que pode se resumir a um compromisso dos Estados Unidos e OTAN de não incorporarem a Ucrânia, retirarem do país armamentos e instrutores. O pedido de um acordo mais amplo, de recuar o avanço da OTAN às fronteiras acordadas em 1997 e, assim, desmilitarizar o Leste Europeu, não há como se obter, com a simples movimentação de tropas e pesado complexo bélico para zonas fronteiriças com a Ucrânia.

O imperialismo norte-americano e europeu não tem como recuar no terreno que foi sendo ocupado, desde a desintegração final da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A reunificação da Alemanha, sob o clamoroso movimento de derrubada do Muro de Berlim, em novembro de 1989, foi realizada sob as armas da OTAN. A Alemanha Ocidental já se havia submetido à OTAN, desde 1955. Em 1990, Gorbatchov foi instado a concordar com a presença desse braço armado, criado pelos Estados Unidos, em abril de 1949. Em 1999, a Polônia era açambarcada pela OTAN, passando a ser um território militar voltado contra a Rússia.

O imperialismo decretou o fim da “Guerra Fria”, depois do desmoronamento da URSS, sob a consideração de que o comunismo já não punha em perigo a “segurança” da Europa e do mundo. No entanto, passou a montar o cerco militar à Rússia, valendo-se da reintegração das ex-repúblicas populares, edificadas em meio à Segunda Guerra Mundial. Com o desabamento

da URSS, ocorreu o desmonte do Pacto de Varsóvia – uma aliança militar criada em maio de 1955, sob a direção da URSS, contraposta à OTAN. Todo o edifício, erguido na época de Stalin, ruiu, abrindo caminho para o avanço do processo de restauração capitalista, e para o imperialismo montar o cerco à Rússia.

Não bastou varrer a URSS, era preciso quebrar a independência da Rússia, romper o controle estatal da restauração, abrir o país para a livre penetração do capital financeiro, enfraquecer sua

gir na iminência da Ucrânia se tornar mais uma nação vassala do imperialismo, o que permitiria à OTAN chegar às portas da Rússia com seu sistema de mísseis. O aumento das tensões nesta última semana, embora a Rússia tenha feito um gesto de descontração militar, dá a entender que os Estados Unidos somente aceitam um acordo que enfraqueça a Rússia.

O tempo de permanência das tropas russas nas fronteiras do país vizinho foi suficiente para evidenciar que Putin não pretende ocupar a Ucrânia, e pe-

O aumento das tensões nesta última semana, embora a Rússia tenha feito um gesto de descontração militar, dá a entender que os Estados Unidos somente aceitam um acordo que enfraqueça a Rússia.

capacidade militar, e retirar-lhe a sua condição de potência regional. Esse programa do imperialismo, uma vez vencedor, acabaria com a propriedade nacionalizada pela revolução de Outubro de 1917, passando-a para o controle do capital internacional e da oligarquia interna. No entanto, a Rússia, depois de afundar na crise dos anos 1990-1991, recuperou o equilíbrio, sob o governo de Putin, obstaculizando, portanto, que o imperialismo concluísse sua estratégia de não deixar nenhum vestígio da revolução proletária, sem que se interrompesse o processo de restauração sob a forma de capitalismo de Estado.

Essa nova etapa de destruição das conquistas do proletariado e avanço militar dos Estados Unidos na Europa do Leste acabou potenciando as contradições que levaram a Rússia a rea-

diu muito para conseguir pouco. Essa situação não deve perdurar indefinidamente. A possibilidade da guerra diminuiu, em relação ao início do conflito, mas não está esgotada. Mesmo que se chegue a um acordo, a Rússia e os Estados Unidos não terão a coexistência pacífica.

A vanguarda com consciência de classe está diante da necessidade de reunir suas forças para dar passos no sentido de superar a crise de direção, construindo os partidos revolucionários e reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Nas condições de desintegração do capitalismo e da potenciação das tendências bélicas, o Programa de Transição emerge como instrumento imprescindível para a luta do proletariado internacional.

Como parte da campanha contra a possível guerra entre Estados Unidos e a Rússia, no jornal Massas anterior, iniciamos a publicação de formulações de Lênin sobre o direito à autodeterminação da Ucrânia e a luta por incorporá-la à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Agora, damos sequência à divulgação de dois artigos escritos em junho de 1917. Somente se pode compreender o choque dos Estados Unidos e a Rússia em torno da Ucrânia se se buscar as raízes da conquista de sua autodeterminação no marco da revolução de Outubro de 1917, do processo de burocratização do Estado operário pelo estalinismo e, finalmente, da derrocada da URSS em 1991. É obrigatório lutar contra uma possível guerra entre Estados Unidos e Rússia, recorrendo à defesa das conquistas do proletariado e estabelecendo a linha do internacionalismo proletário. É o que tem feito o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional em suas duas Declarações sobre a Ucrânia.

Ucrânia

Lênin, 15 de junho de 1917

O fracasso da política do novo governo provisório, de coalizão, se destaca cada vez mais claramente. A “Ata Universal”, relativa à organização da Ucrânia, publicada pela Rada Central da Ucrânia, aprovada em 11 de junho de 1917, pelo congresso do exército de toda a Ucrânia, é uma revelação direta dessa política, e uma prova documental de seu fracasso.

“Sem separar-se da Rússia, sem desprender-se do Estado russo – se diz na referida Ata – o povo ucraniano deve ter direito a dispor de sua própria vida em sua própria terra...Todas as leis pelas quais se determine a ordem na Ucrânia, somente poderão ser promulgadas por essa Assembleia ucraniana. Por sua vez, as leis que determinam a ordem de todo o Estado russo, deverão ser promulgadas pelo Parlamento de toda a Rússia”.

São palavras perfeitamente claras. Nelas se declara, com toda precisão, que o povo ucraniano não quer separar-se da Rússia no momento atual. Exige a autonomia, sem negar a necessidade da autoridade suprema de um “Parlamento de toda a Rússia”. Nenhum democrata, e muito menos um socialista, se atreverá a negar o direito da Ucrânia de separar-se livremente da Rússia. Somente o reconhecimento absoluto deste direito nos permite defender a livre união entre os ucranianos e os grão-russos, pela associação voluntária dos dois povos em um só Estado. Somente o reconhecimento absoluto desse direito pode romper, na prática, completa e irrevogavelmente, com o maldito passado czarista, em que se fez de tudo para causar o distanciamento mútuo dos dois povos tão afins pelo seu idioma, seu território, seu caráter e sua história. O maldito czarismo transformou os grão-russos em verdugos do povo ucraniano, e fomentou este ódio contra os que chegaram até a proibir as crianças ucranianas

de falar e estudar em sua língua materna.

Os democratas revolucionários da Rússia, se querem ser verdadeiramente revolucionários e verdadeiramente democratas, devem romper com esse passado, devem reconquistar para si mesmos, para os operários e camponeses da Rússia, a confiança fraternal dos operários e camponeses ucranianos. E isso não pode se conseguir sem o pleno reconhecimento dos direitos da Ucrânia, inclusive o direito da livre separação.

Nós não somos partidários dos Estados pequenos. Estamos pela mais estreita união dos operários do mundo contra os “próprios” capitalistas e dos demais países. Mas precisamente para que a união seja voluntária, o operário russo, que não confia por um minuto na burguesia russa ou na burguesia ucraniana, defende hoje o direito dos ucranianos à separação, sem impor-lhes sua amizade, sem esforçar-se por conquistar sua amizade ao trata-los como iguais, seus aliados e irmãos na luta pelo socialismo.

Riech, o jornal dos enfurecidos contrarrevolucionários burgueses, que estão quase loucos de raiva, ataca selvagemmente os ucranianos por sua “arbitrária” resolução. Diz que a conduta dos ucranianos “é um atentado direto contra a lei, que exige a aplicação imediata de rigorosos e legítimos castigos”. Voltar todo comentário contra esse ataque dos selvagens contrarrevolucionários burgueses. Abaixo a burguesia contrarrevolucionária! Viva a livre união dos camponeses e operários livres da livre Ucrânia com os operários e camponeses da Rússia revolucionária!

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXVI, Akal Editor)

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Ucrânia e a derrota dos partidos governantes da Rússia

Lênin, 17 de junho de 1917

Os partidos governantes da Rússia, isto é, os Kadetes, que possuem a maioria no governo e o poder total do capital na economia, e os Socialistas Revolucionários (eceristas) e Mencheviques, que possuem atualmente a maioria indiscutível no país (mas que são impotentes dentro do governo e na economia capitalista do país), todos eles sofreram uma derrota evidente na questão ucraniana, mais ainda uma derrota em escala nacional em um importantíssimo problema.

Os eseristas e os mencheviques toleraram que o governo provisório dos Kadetes, isto é, da burguesia contrarrevolucionária, não cumprisse o seu dever democrático elementar, não declarando que está pela autonomia da Ucrânia e seu direito de se separar livremente. Os ucranianos, segundo informa hoje o ministro Chernov no Dielo Naroda, exigiram muitíssimo menos. Somente queriam “*que o governo provisório proclamasse em um documento especial que não se opõe ao direito do povo ucraniano à autonomia*”. Uma exigência que não pode ser mais modesta, nem mais legítima. Igualmente modesta são as outras duas exigências: 1) A Ucrânia elegerá, por meio de seu povo, um representante diante do governo central da Rússia. Mostra a modéstia dessa exigência o fato de que, em 1897, os grão-russos formaram 43 por cento da população da Rússia, e os ucranianos, 17 por cento; isto é, que os ucranianos poderiam pedir, não um dos 16 ministros, mais seis! 2) a Ucrânia terá “um representante do governo central da Rússia, eleito pela população local”. Pode existir algo mais legítimo? Com que direito se atreve um democrata a infringir esse princípio, provado pela teoria e confirmado pela experiência das revoluções democráticas, segundo o qual “*nenhum funcionário para a população local deve ser designado desde cima?*”

Ao se opor a essas exigências, tão modestas e legítimas, o governo provisório deu prova de um descaramento inédito, de uma insolência selvagem por parte dos contrarrevolucionários, de uma verdadeira manifestação da política grã-russa “*de Derzhinmorda*” (nome de uma polícia da comédia *El inspetor*, de N. Gógol – nota). Os eseristas e mencheviques zombaram de seus próprios programas partidários, ao tolerarem semelhante conduta do governo, e agora o defendem em seus jornais! Até que ponto de degradação chegaram os eseristas e mencheviques! Que deploráveis são hoje os subterfúgios de seus órgãos Dielo Naroda e Rabóchaia Gazeta!

Caos, confusão, “*leninismo no problema nacional*”, anarquia: tal é a gritaria, própria de um proprietário de terra desafortado, que ambos os jornais lançam aos ucranianos.

Deixemos a gritaria. Qual é a essência de seu argumento?

Até que se convoque a Assembleia Constituinte, não é possível determinar, “*formalmente*”, as fronteiras da Ucrânia, nem sua liberdade, nem seu direito de receber impostos, etc. etc.: eis aqui o seu único argumento. Exigem uma “*garantia de normalidade*”: nessa expressão do editorial de Rabóchaia Gazeta reside toda a essência do argumento.

Mas isso, senhores, é uma evidente mentira, uma expressão do descaramento da parte dos contrarrevolucionários; esgrimir semelhante argumento significa praticamente ajudar os

verdadeiros traidores e renegados da revolução!

“*Garantias de normalidade*”... Pensem somente um segundo nessas palavras, em nenhuma parte da Rússia, nem no governo central, nem em nenhuma instituição local (prescindindo de uma pequena instituição: as dumas do distrito de Petrogrado) existem garantias de *normalidade*. Na ciência, certamente, não há normalidade. Na ciência, certamente, não há *normalidade* na existência da Duma do Estado, nem do Conselho de Estado. Na ciência, certamente, não há *normalidade* na composição do governo provisório, pois, sua composição é uma burla à vontade e à consciência da maioria dos camponeses, operários e soldados da Rússia. Na ciência, certamente, não há *normalidade* na composição dos soviets (de deputados operários, camponeses e soldados), pois, até hoje, estas instituições não estabeleceram garantias para a estrita plenitude e a estrita democracia das eleições. Sem dúvida, isso não impede que *nosso partido* e a massa de operários e camponeses considerem os soviets, até agora, como a melhor expressão da vontade da maioria da população. Não há, em nenhuma parte da Rússia, *nem pode haver, nem haverá jamais, em momentos revolucionários como os atuais*, “*garantias de normalidade*”. Todos entendem assim, e não pode ser de outro modo: todo mundo compreende que é inevitável que seja assim.

Somente para a Ucrânia, “*nós*” exigimos “*garantias de normalidade*”.

O medo, senhores eseristas e mencheviques, os paralisa e faz ceder diante dos alaridos contrarrevolucionários dos proprietários de terra e capitalistas grão-russos, capitaneados por Rodzzianko, Miliukov, Lvov, Teréschenko, Nekrásov, Shingariov e Cia. São já a imagem perfeita de gente intimidada pelos nascentes (‘e ascendentes’) Cavaignac.

Não há nada de terrível, não há nem sombra de anarquia, nem de caos nas resoluções e exigências dos ucranianos. Atendam essas exigências perfeitamente legítimas e modestas, e na Ucrânia terá uma autoridade tão efetiva como nas demais partes da Rússia, onde a única autoridade são os soviets (que não possuem “*garantias de normalidade*!”). A “*garantia de normalidade*”, diante de todos os problemas, e não somente diante dos problemas ucranianos, se dará a vocês e a todos os povos da Rússia os futuros parlamentos, a futura Assembleia Constituinte, pois, hoje, com toda segurança, não existe na Rússia “*normalidade*” diante de nenhum problema. Atendam o pedido dos ucranianos, ordene a razão, pois, de outro modo, as coisas piorarão; pela força, não conseguirão conter os ucranianos, mas somente irritá-los. Atendam o pedido dos ucranianos, e aplinarão o caminho para a mútua confiança entre ambas nações, para sua aliança fraternal sobre a base da igualdade!

Os eseristas e os mencheviques, como partidos governantes, têm sofrido uma derrota no problema ucraniano, porque se deixaram levar pelos Kadetes contrarrevolucionários, tipo Cavaignac.

(*Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXVI, Akal Editor*)

Bolívia

A crise econômica

O governo do MAS, tendo Luis Arce Catacora na presidência, por meio de sua propaganda (que custa milhões de bolivianos) nos quer fazer acreditar que nosso país está se recuperando paulatinamente da crise econômica, e que isto é consequência de seu mágico modelo econômico social-comunitário, e que não teria relação alguma com os preços das *commodities* no mercado mundial, muito menos relação com o efeito rebote. Com o cinismo que lhes caracteriza, nos mostram cifras totalmente manipuladas, que nada têm a ver com a nossa realidade.

Em nenhum caso, houve aumento significativo na produção. O aumento do valor das vendas ocorreu porque houve um aumento nos preços nos mercados internacionais. Sem aumento nos volumes de produção, é absurdo associar a queda no desemprego ou o fortalecimento do sistema financeiro ao superávit comercial, mais absurdo ainda sugerir que o uso das reservas internacionais criou capacidade produtiva nos setores mencionados.

Dizem, por exemplo, que ocorreu um superávit comercial. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, até novembro de 2021, as nossas exportações alcançaram US\$ 9,935 bilhões, enquanto as importações foram de US\$ 8,206 bilhões, alcançando um superávit de US\$ 1,729 bilhão. Sobre o desemprego, que em 2020 atingiu 12%, em outubro de 2021, houve diminuição, para 5,2%.

Agora vejamos o seguinte: o superávit se deveu basicamente à exportação de “manufaturados”, que teve um aumento de US\$ 2,409 bilhões, entre novembro de 2020 e novembro de 2021, mas 90% desta exportação é de ouro metálico, joias de ouro, estanho e prata metálica, também em derivados de soja e girassol. Em nenhum caso, houve aumento significativo na produção. O aumento do valor das vendas ocorreu porque houve um aumento nos preços nos mercados internacionais. Sem aumento nos volumes de produção, é absurdo associar a

queda no desemprego ou o fortalecimento do sistema financeiro ao superávit comercial, mais absurdo ainda sugerir que o uso das reservas internacionais criou capacidade produtiva nos setores mencionados. Estes produtos que explicam o superávit comercial estão, na realidade, no âmbito das atividades extrativistas-rentistas, mais do que na manufatura diversificada: não têm relação com a demanda interna, nem efeitos multiplicadores de algum grau no restante da economia. Vejamos agora o caso do PIB: o crescimento dele é fruto de um rebote estatístico, já que, no ano de 2020, a economia se contraiu em -9,1%, sendo comum que, depois de quedas tão fortes, em um primeiro momento, a subida pode ser espetacular, mas, à medida que o tempo passa, os aumentos são menores, até que chegue ao ponto de que não haja nenhum crescimento de relevância.

Desde 2014, se gasta e investe mais do que se arrecada, ou seja, há déficit fiscal.

As reservas internacionais têm caído drasticamente, reduziu-se, de US\$ 15 bilhões a US\$ 5,275 bilhões.

A dívida externa está em US\$ 12,171 bilhões, a dívida interna em US\$ 12,243 bilhões, que juntas ultrapassam 55% do PIB.

Enquanto o governo nos fala de maravilhas, a maior parte de nossa população trabalha como autônomo desde criança, jovens, etc., vendendo qualquer coisa para sobreviver. A mendicância aumenta a olhos vistos.

O governo incapaz só faz uma coisa: narcisismo macroeconômico.

Os carreiristas do MAS se chocam entre si, porque o bolo pequeno já não consegue alimentar a todos.

Os politikeiros demagogos acreditam que, reformando o poder judiciário apodrecido, seria possível resolver os problemas, como em um passe de mágica.

Aos explorados e oprimidos de nosso país afirmamos: o único caminho que nos resta é nos organizar para fazer a revolução proletária, do contrário, a barbárie em que já vivemos irá se aprofundar.

Viva a revolução proletária!

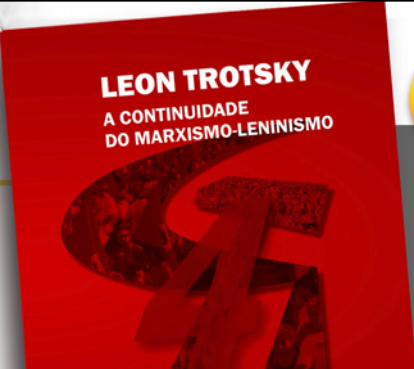
(Extraído do Jornal Massas n. 2.687, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Reforma da Lei dos Hidrocarbonetos marca o fim da impostura reformista da “nacionalização”

Nas últimas semanas, e mais ainda quando houve o anúncio governamental da suposta “descoberta de reservas” no campo Margarida, tornou-se mais frequente a menção, por parte de representantes do governo, da intenção e inclusive da execução de um plano de modificação da Lei de Hidrocarbonetos 3058, de 2005. Diante da queda brutal das reservas e da própria produção... Luis Arce acelerou a entrega dos recursos às transnacionais, processo que já havia se iniciado sob o governo de Evo Morales. Nesta direção, começariam a ocorrer modificações “urgentes” na Lei 767, de 2015, que estabeleceu incentivos para favorecer as empresas petrolíferas multinacionais que dominam a produção de hidrocarbonetos no país.

A norma estabeleceu um incentivo monetário à produção de petróleo cru e petróleo condensado, consistindo no pagamento de 30 a 55 dólares por barril produzido em campos novos, e até 30 dólares, por barril condensado adicional, em campos onde já há produção. Criado para “promover os investimentos que permitam aumentar as reservas e produção de hidrocarbonetos”... Com esta medida, uma parte substancial da renda obtida com a criação do Imposto Direto sobre os Hidrocarbonetos (IDH) voltou às mãos das multinacionais: no caso do petróleo, praticamente se inverteu a relação entre lucros das multinacionais e a renda estatal, em benefício das primeiras...

Apesar da generosa quantidade de recursos entregues às transnacionais (no período de 2016/2020, se transferiram 117 milhões de dólares por este mecanismo) o resultado foi desastroso: não houve aumento na produção de petróleo, menos ainda nas reservas. De tal maneira que se pode concluir que este foi um passo muito importante no retrocesso da “nacionalização” dos hidrocarbonetos do MAS, que, em sentido estrito, somente consistiu no aumento de impostos, pois não expropriou nem um dólar dos capitais estrangeiros... Ao longo dos últimos 15 anos, as empresas estrangeiras obtiveram do governo uma série de benefícios, partindo da possibilidade de obter um novo mercado de exportação, e melhores preços que os que regiam a sua “nacionalização”: prolongando a política do neoliberalismo, manteve-se a mentira de que as reservas eram inesgotáveis e que, portanto, se deveria exportar gás massivamente; concedeu-se o controle dos “custos recuperáveis”, que de maneira obscura permite às transnacionais recuperar todo o investimento e algo mais; realizou-se a abertura dos parques nacionais e áreas protegidas, para que possam ser exploradas em busca de mais gás e petróleo; etc. etc. Mas, o mais importante, mantiveram as multinacionais no controle sobre a orien-

tação da política de hidrocarbonetos, definindo quanto, quando e como se faria a exploração das reservas, de forma que o Estado se tornou refém de suas decisões...

No entanto, agora o golpe definitivo na reforma seria a modificação do regime dos impostos: certamente com o objetivo de redução drástica dos mesmos, como recurso desesperado para atrair investimentos estrangeiros, que aumentem as reservas de gás e petróleo, que foram a principal fonte da enorme renda que o governo recebeu para as suas políticas populistas e pró-burguesas... As declarações do oficialismo, cujos porta-vozes chegaram a afirmar que a Lei de Hidrocarbonetos se converteu em uma corda que asfixia o setor, provocaram entusiastas expressões de apoio por parte de conhecidos *experts* de filiação neoliberal e conservadora... apontando que é hora de reverter o regime de impostos e regalias que “desestimulam” os investimentos estrangeiros no setor, particularmente orientados à exploração de novas reservas de hidrocarbonetos. Desta maneira, tentam impor a ideia de que o fracasso do setor se deve à imposição de impostos “irracionais” sobre as pobres empresas transnacionais...

A curta e frágil vida da “nacionalização” expressa dramaticamente a limitação da política dos governos reformistas, diante do domínio das transnacionais; expressa uma reiterada confirmação do fracasso da burguesia como classe dominante, pois, em nome dela e de seus interesses, é que governou e governa o MAS, disfarçando esta sua natureza de classe com o discurso impostos do “socialismo comunitário” ou do “bem viver”.

Por tudo isso, o que corresponde ao movimento operário e popular é, não só impedir que se anulem ou diminuam os impostos que devem ser pagos pelas empresas petrolíferas, mas sim, diante do comprovado fracasso da política masista, exigir e lutar por uma verdadeira NACIONALIZAÇÃO; lutar pela expropriação sem indenização das empresas multinacionais... Trata-se de converter o gás natural em um fator de desenvolvimento nacional, por meio de sua utilização para desenvolver o aparato produtivo, para transformar o campo, para criar um verdadeiro mercado interno, para impulsionar a industrialização, e para melhorar as condições de vida da população.

* Texto resumido por questão de espaço. Na íntegra em LA COLU-MNA, *Análisis y opinión*, 13 febrero 2022 (RENNO)

(Extraído do *Jornal Masas* n. 2.687, do Partido Obrero Revolucionario da Bolívia)



R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

Lênin estrategista da revolução proletária
Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova Coleção Editorial

Na Bolívia e em diferentes países do continente

Por que o reformismo pequeno burguês, apesar do seu esgotamento político, é catapultado novamente ao poder?

Na Argentina, apesar do kichnerismo ter fracassado catastróficamente, por ter capitulado diante das organizações internacionais para salvar o país da crise econômica, que se expressa em uma monstruosa e impagável dívida externa, e apesar de ter se afundado no pântano da corrupção, depois de um curto período de um governo direitista igualmente fracassado, o kichnerismo foi novamente catapultado ao poder pelas massas desesperadas; agora, o novo governo dos Fernández volta a repetir a mesma experiência kirchnerista, abaixando a cabeça e submetendo-se ao imperialismo, para tentar resolver o problema da dívida externa, evidenciando a sua manifesta incapacidade para retirar o país da crise econômica. Assim, volta a se esgotar, só que desta vez, em um tempo muito curto.

No Chile, a experiência de Allende foi dramática, provando mais uma vez que não se pode acabar com o regime da grande propriedade privada dos meios de produção usando a democracia burguesa, e conservando o Estado burguês, erro político reformista que condenou o país andino a longos anos da criminoso ditadura pinochetista, que terminou destruindo todas as conquistas do movimento operário e popular. Agora, o reformismo pequeno-burguês volta ao poder pelo voto das massas, também desesperadas em encontrar uma saída para a sua dramática crise econômica.

Na Bolívia, o MAS, depois de ter caído catastróficamente como consequência de uma eclosão social, e depois de uma longa experiência de fracasso do reformismo pequeno-burguês em seu objetivo de desenvolver o país nos moldes capitalistas, continuando uma experiência iniciada pelo MNR, volta ao poder, catapultado pelo voto majoritário das massas e, em um curto período, volta a fracassar e se tornar impopular, por sua incapacidade de atender aos problemas emergentes da crise econômica.

A recente eleição de Castillo no Peru, que a princípio despertou grandes ilusões nas massas mais pobres, cambaleia, após poucos meses de governo assediado pela direita fujimorista, devido a sua incapacidade de por em prática uma só das promessas eleitorais.

Em Honduras, a presidente Xiomara Castro acabou de tomar posse, depois de mais de uma década de um governo ditatorial, que deixou o país quase destruído, instaurando um

governo de clara orientação reformista, repetindo as ideias do pós-modernismo reacionário, e prometendo salvar o país da crise econômica, e reconstruir as suas instituições estatais destruídas pela ditadura, pedindo, inclusive, o auxílio das organizações internacionais imperialistas.

No Brasil, espera-se o retorno ao poder de Lula, diante do fracasso da ultradireita bolsonarista. Será uma nova experiência frustrante para o povo brasileiro.


Em todo este processo de retorno ao poder de fracassadas experiências reformistas de conteúdo burguês, e das experiências frustrantes de governos francamente direitistas no continente, há um elemento em comum: a presença de imensas massas desesperadas e assediadas pela miséria, desemprego, pagamentos e salários miseráveis, a rápida destruição de conquistas sociais, a precarização do trabalho e aumento do trabalho autônomo; massas camponesas que já não podem viver com o que produzem, e se veem obrigadas a migrar às grandes cidades, aumentando o desemprego estrutural; imensas massas privadas de serviços elementares, como Educação e Saúde pública, e cotidianamente impactadas por medidas econômicas antipopulares; as massas, apesar de terem vivido experiências frustrantes anteriores, e pela ausência de uma perspectiva revolucionária, frequentemente, terminam votando em um salvador que muito rapidamente vai exaurir as ilusões criadas.

Outra característica comum é que estes governos reformistas, diante de sua incapacidade para atender os problemas dos mais necessitados que são a maioria, esgotam-se muito rapidamente. Inclusive, diante da agitação das massas, que possa colocar em perigo a vigência da grande propriedade privada, se veem obrigados a buscar o amparo do imperialismo com a esperança de que com a sua ajuda econômica possam superar as fatais consequências da crise econômica.

A grande questão está na ausência do proletariado para mostrar uma saída revolucionária à maioria oprimida pelo sistema capitalista em decadência. A ausência desta direção proletária condena as lutas sociais a reiteradas frustrações, e a não terem perspectiva.

(Extraído do Jornal Masas n. 2.686, do Partido Obrero Revolucionario da Bolívia)

R\$ 15




Lições da Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



**Novo
Coleção
Editorial**

Peru

O governo decompõe-se rapidamente

A formação do quarto gabinete ministerial, em sete meses, é um atestado da impotência de Pedro Castillo em equacionar a crise de governabilidade. A renúncia do Ministro do Interior, Avelino Guillén, a da chefe do gabinete, Mirtha Vásquez, e a do Ministro da Fazenda, Héctor Valer (encarregado de aproximar o governo dos mercados financeiros), decompõem o governo. Sob ataque dos partidos oligárquicos que controlam o Congresso, o presidente pequeno-burguês é obrigado a virar cada vez mais à direita, para se manter no poder.

Castillo conta a seu favor com o apoio do imperialismo e setores da burguesia, que veem com bons olhos a redução da inflação, do déficit fiscal (2,6%, o mais baixo da região), a estabilização do valor moeda nacional, e o aperfeiçoamento administrativo dos planos assistencialistas. A estabilização da situação econômica e a equação parcial da dramática situação social constituem objetivos da burguesia, para criar condições favoráveis aos investimentos privados. Servem especialmente ao objetivo de o capital financeiro ter um mínimo de previsibilidade, de que o governo contará com condições fiscais e orçamentárias para pagar os juros da dívida externa. Esse objetivo foi traçado pelos ministros da Fazenda, lançado nos últimos dois meses. Trata-se, agora, de que seu governo crie os meios para alavancar os lucros monopolistas, nas condições de estagnação econômica. Essa é a tarefa designada ao próximo ministro da Fazenda: impor as contrarreformas e as privatizações.

Isso explica por que, apesar de Castillo se curvar perante o imperialismo e a burguesia interna, a direita e ultradireita continuam a torpedear seu governo. As constantes ameaças de impeachment não se orientam a destituí-lo imediatamente do poder. Mas, a obrigá-lo a assumir um programa francamente antinacional e antipopular. Se se demonstrar incapaz assumir esta tarefa, se poderá então recorrer ao golpismo, para que um novo governo burguês o faça.

A nomeação de novos ministros, ligados à burguesia, e de militares, vinculados ao aparelho terrorista criado sob

Não há como superar a crise de governabilidade do governo, sem que este assuma abertamente os ditames do Congresso e dos monopólios. Castillo está fadado a se chocar com as necessidades elementares da maioria oprimida. Criar-se-ão, assim, novas condições para que as massas deem um salto à luta de classes, para impor suas reivindicações vitais. A vanguarda com consciência de classe está diante da tarefa de ajudar os explorados e os demais oprimidos a acelerar sua experiência com o governo cambaleante, assumindo um programa e estratégia

A vanguarda com consciência de classe está diante da tarefa de ajudar os explorados e os demais oprimidos a acelerar sua experiência com o governo cambaleante, assumindo um programa e estratégia próprios, e lutando com suas próprias forças e métodos.

o governo de Fujimori, é interpretado como uma traição pelas massas. O governo “popular”, todavia, demonstrou ser tão corrupto quanto seus antecessores. Foram noticiadas licitações estatais aprovadas por Castillo, em favor de empresários e amigos, bem como sua inclinação a favorecer a corrupção no aparelho estatal, para dar sobrevida a seu governo. Eis por que a aprovação em seu governo reduziu-se drasticamente, atingindo 28% (nas eleições obteve 50,2% dos votos). Em poucos meses, Castillo dilapidou seu apoio eleitoral, e rompeu a ilusão depositada pelas massas em seu governo de “transformação” democrática e de “defesa” dos pobres e miseráveis.

próprios, e lutando com suas próprias forças e métodos. Eis como as massas, que já derrubaram quatro governos em duas semanas, em 2020, retomarão a via da luta de classes, e avançarão na sua independência política e organizativa perante o nacional-reformismo impotente e traidor.

A construção do partido marxista-leninista-trotskista no Peru tem a seu favor as tendências de luta, que se potenciam no país e em toda a América Latina. O que exige elaborar o programa da revolução proletária, aplicado nas condições particulares do país, e confluir com os esforços da vanguarda marxista-leninista-trotskista mundial por superar a crise de direção revolucionária.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

II Congresso da III Internacional

O II Congresso foi inaugurado em Petrogrado, em 19 de julho de 1920, as suas sessões se realizaram em Moscou, de 23 de julho a 7 de agosto. 37 países enviaram representação, 169 delegados com voz e voto e 49, apenas com voz, correspondendo a 67 organizações. Eis a pauta: 1) situação internacional e tarefas fundamentais da Internacional Comunista; 2) Papel e estrutura dos partidos comunistas antes e depois da conquista do poder pelo proletariado; 3) Sindicatos e comitês de fábrica e oficinas; 4) O problema do parlamentarismo; 5) Os problemas nacional e colonial; 6) o problema agrário; 7) A posição em relação às novas tendências de ‘centro’ e condições de admissão na Internacional Comunista; 8) Estatuto da Internacional Comunista; 9) Problemas de organização (organizações legais e ilegais, organizações femininas, etc.); 10) Movimento comunista da juventude; 11) Eleições; 12) Vários.

Pelos temas da pauta, nota-se que o II Congresso foi dedicado à elaboração programática. Teve particular importância, a discussão em torno às condições de admissão de novos partidos. A questão nacional e colonial e o problema do parlamentarismo provocaram vivas discussões. Os estatutos haviam sido elaborados no I Congresso, portanto, apenas foram ratificados.

A constituição da nova Internacional, cuja edificação se iniciava sobre a base da Revolução Russa e do agravamento da crise mundial imediatamente pós-guerra, confirmava o acerto do bolchevismo de romper com a II Internacional. Esses acontecimentos estremeceram no mundo inteiro as organizações que não foram capazes de combater o socialchauvinismo e o revisionismo em geral. O dilaceramento no campo da velha socialdemocracia levou a alinhamentos centristas. Era previsível que seria colocado para a III Internacional o problema do ingresso de correntes e agrupamentos provenientes a crise dos revisionistas. Lênin teve a clareza, baseada na experiência de sua luta contra o oportunismo da II Internacional, sobre os perigos da afluência de centristas, que se acobertavam com o palavreado revolucionário, ocultando sua incapacidade de romper programaticamente com o revisionismo. Era o caso de partidos centristas da Alemanha, França e Itália, principalmente.

A revolução na Rússia e a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas trouxeram novas discussões em torno à ditadura do proletariado, à tática, à autodeterminação das nacionalidades oprimidas e à natureza do partido comunista. Eis por que o I Congresso da III Internacional realinhou as forças revolucionárias imediatamente vinculadas à luta dos bolcheviques contra a traição da II Internacional e à luta pela conquista do poder pelo proletariado russo; e o II Congresso estabeleceu os fundamentos programáticos voltados à edificação do “partido comunista mundial”.

A aproximação da fração centrista da socialdemocracia colocava a necessidade de estabelecer não só a linha geral programática como determinadas condições de ruptura total com os reformistas e revisionistas. A divergência de Lênin com Giacinto Menotti Serrati, dirigente do Partido Socialista Italiano, e com Arthur Crispian, dirigente do Partido Socialdemocrata Independente da Alemanha, comprovou o seu acerto em defender que a Internacional Comunista estabelecesse condições

claras para o ingresso de novos partidos e agrupamentos. Serrati resistiu a posição comunista de romper incondicionalmente todos os laços com o oportunismo. Valia-se do argumento que não havia como saber com precisão a sinceridade dos partidos que se aproximavam da nova Internacional. Lênin responde: *“Certamente, não temos um instrumento para medir a sinceridade, como disse Serrati, para pôr a prova a consciência das pessoas, e estamos plenamente de acordo que não se trata de julgar as pessoas, mas de avaliar uma situação (...). Serrati está equivocado quando diz: ‘Na França, a situação não é revolucionária, na Alemanha é revolucionária, na Itália é revolucionária’. (...) Inclusive, no caso de que a situação fosse contrarrevolucionária, a II Internacional se equivocou e carrega uma grave responsabilidade, quando não quer organizar a propaganda e a agitação revolucionárias, pois inclusive na situação não revolucionária se pode e se deve realizar a propaganda revolucionária; é o que toda a história do partido bolchevique tem demonstrado. Nisso consiste a diferença entre os socialistas e os comunistas: os socialistas se recusam a agir na forma com que os comunistas fazem em qualquer situação, ou seja, realizar um trabalho revolucionário”.*

A posição de Crispian era mais definida. Trazia para a discussão posições da velha socialdemocracia revisionista quanto à estratégia revolucionária. Explica Lênin: *“Acredito poder demonstrar que seu discurso é completamente kautskista e que o camarada compartilha das ideias kautskistas sobre a ditadura do proletariado”.* O dirigente do Partido Socialdemocrata Independente procurou ocultar sua real posição, afirmando que era partidário da conquista do poder político. Lênin questiona indicando que aceitar a conquista do poder político, não significa defender a ditadura do proletariado. Lênin conclui: *“Quando se tem um bom partido revolucionário, merecedor do nome de comunista, deve realizar a propaganda pela ditadura do proletariado, distintamente das antigas concepções da II Internacional. Isso foi o que o camarada Crispian ocultou e dissimulou, e que é o erro principal, comum a todos os partidários de Kautsky”.*

Dessa discussão, resultou a resolução *“Condições de admissão na Internacional Comunista”*, que constou de 20 pontos. Em resumo, a obrigatoriedade de popularizar a ditadura do proletariado; arrancar os reformistas e centristas da direção do movimento operário; realizar o trabalho legal e ilegal; organizar células comunistas no interior das Forças Armadas; fazer regularmente a agitação no campo; denunciar tanto o socialpatriotismo como o socialpacifismo; romper completamente com o reformismo e com o ‘centrismo’; aplicar a linha quanto às colônias e as nacionalidades oprimidas; realizar o trabalho sistemático nos organismos de massa; combater a Internacional de Amsterdam dos sindicatos amarelos; subordinar os parlamentares ao Comitê Central; organizar o partido de acordo com o princípio do centralismo democrático, prestar ajuda incondicional a qualquer república soviética; revisar os velhos programas socialdemocratas e redigir um novo de acordo com as condições particulares de cada país; tornam-se obrigatório a aplicação das resoluções da III Internacional a todos os filiados; todos os partidos devem se denominar partido comunista, seção da III Internacional; os partidos que pretendem ingressar na III Internacional devem ajustar sua tática.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXIII, Akal Editor)